



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

FÁBIO JORGE ARAÚJO DE CARVALHO

**A antropologia do Papa João Paulo II presente
nas catequeses sobre a Teologia do Corpo**

**Para uma proposta de lecionação da Unidade Letiva ‘O
Amor’, do 8º ano do Ensino Básico do programa de
Educação Moral e Religiosa Católica**

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação de:
Prof.^a Doutora Maria Isabel Pereira Varanda**

**Braga
2015**

Um agradecimento muito especial àqueles e àquelas que comigo partilharam este caminho: à professora doutora Isabel Varanda, orientadora científica da Prática de Ensino Supervisionada; à Dr.ª Ana Maria Veloso, professora cooperante da Prática de Ensino Supervisionada; aos alunos do 9º B da Escola E. B. 2,3 de Celeirós; ao Luís Fernandes, à Oclízia Tavares e à Cecília Lopes, estimados amigos e colegas do núcleo de estágio da Escola de Celeirós; a todos os colegas dos restantes núcleos de Bragança, Viseu, Lamego, Porto e Braga. E, finalmente, ao Secretariado Diocesano de EMRC de Viana do Castelo, na pessoa da professora Dr.ª Lígia Pereira.

Dedico este trabalho:

Aos meus pais, irmãos e demais familiares; aos meus amigos; aos meus alunos e colegas do Agrupamento de Escolas de Santa Maria Maior, em Viana do Castelo.

A todos, muito obrigado!

«O único problema essencial coloca-se pelo conflito de amor e morte. Há em mim uma certeza inabalável: um mundo abandonado pelo amor, vai mergulhar na morte; mas onde o amor perdura, onde triunfa sobre tudo aquilo que o poderia aviltar, a morte está definitivamente vencida».

[Gabriel Marcel, in Hans Ur von Balthasar, *Teodramática*, Madrid, Ediciones Encuentros, 1990, 364.]

«Primeiro critério: amar com as obras, não com as palavras. As palavras são levadas pelo vento! Hoje são, amanhã não são. O segundo critério de concretude é: no amor, é mais importante dar do que receber. Quem ama, doa... Doa coisas, doa a vida, doa-se a si mesmo a Deus e aos outros. Ao invés, quem não ama, quem é egoísta, procura sempre receber, procura sempre ter coisas, vantagens. Permanecer com o coração aberto, não como o dos discípulos, que era fechado, que não entendiam nada: permanecer em Deus e Deus permanece em nós; permanecer no amor.»

[Papa Francisco, *Homilia*, 9 de janeiro de 2014.]

«Amai-vos uns aos outros. Como Eu vos amei, assim também vós amai-vos uns aos outros. Por isto saberão que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros.»

[Jo 13, 34-35]

ÍNDICE

INTRODUÇÃO-----	6
CAPÍTULO I - A EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA E O SEU CONTRIBUTO PARA A FORMAÇÃO DA PESSOA HUMANA----	8
1. Família, Escola e Estado: instituições cooperantes na formação da pessoa----	9
2. EMRC na construção da identidade pessoal e social – metas e finalidades curriculares-----	16
3. Síntese-----	22
CAPÍTULO II - A ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA DE JOÃO PAULO II E O SEU CONTRIBUTO PARA A EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA-----	24
1. A antropologia de João Paulo II presente nas catequeses sobre a teologia do corpo-----	25
2. Teologia do corpo e ideologia de género – duas revoluções antropológicas---	32
3. EMRC e o seu contributo para a apresentação de uma antropologia ‘adequada’-----	47
4. Síntese-----	51
CAPÍTULO III - PROPOSTA PEDAGÓGICA E DIDÁTICA PARA A LECIONAÇÃO DA UNIDADE LETIVA ‘O AMOR’ DO OITAVO ANO DE ESCOLARIDADE DO PROGRAMA DE EMRC-----	54
1. Apresentação descritiva da proposta pedagógica-----	55
2. Metas e objetivos da Unidade Letiva-----	57
3. Conteúdos Específicos da Unidade Letiva-----	59
4. Planificação e descrição das aulas-----	61
5. Proposta de revisão programática-----	72
CONCLUSÃO-----	74

BIBLIOGRAFIA -----	76
I – Documentos do Magistério da Igreja -----	76
II – Documentos da Conferência Episcopal Portuguesa -----	76
III – Bibliografia subsidiária -----	77

INTRODUÇÃO

O presente relatório, no contexto da Prática de Ensino Supervisionada, surge a partir da vontade de aprofundar a temática da ‘teologia do corpo’ já iniciada na dissertação de mestrado integrado em teologia, que tinha por título ‘A teologia do corpo em Juan Luíz Ruíz de la Peña’¹.

Sem dúvida que toda a problemática da corporeidade, bem como a sua integração nos atuais programas de educação para a sexualidade e promoção da saúde, em contexto escolar, foram o mote para o desenvolvimento de uma proposta de lecionação que fosse ao encontro daquela perspetiva ‘adequada’ à pessoa humana, defendida pela Igreja Católica. Neste contexto, pareceu-nos pertinente apresentar uma proposta de lecionação da Unidade Letiva [UL] ‘O Amor’, do oitavo ano de escolaridade, do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, que visasse esclarecer alguns dos pontos mais importantes no que respeita à antropologia defendida pelo Papa João Paulo II, presente nas suas catequeses sobre a teologia do corpo.

Considerando que, na atualidade, existe um sério risco de desvirtuação do autêntico lugar da pessoa e do seu significado, com efeitos imediatos na formação da consciência de si, dos outros e do mundo, é de crer que o contributo ‘revolucionário da teologia do corpo’ do Papa João Paulo II possa marcar o início da desconstrução de certos ‘mitos’ que colocam seriamente em risco o *futuro*, não só do indivíduo isolado, mas também de todo o edifício cultural e social da nossa civilização.

Obedecendo às características de um trabalho desta natureza, podemos dizer que este se encontra dividido em dois momentos fundamentais: uma primeira parte, resultante do primeiro capítulo, na qual são apresentados alguns dos pressupostos básicos sobre a disciplina de EMRC e aquele que é o seu contributo em contexto educativo escolar; e uma segunda parte, constituída pelo segundo e terceiro capítulos, que visa enfatizar os aspetos mais relevantes da teologia do corpo e o seu contributo para a proposta de lecionação da UL ‘O Amor’. A proposta pedagógica e didática da UL encontra-se sistematizada mais concretamente no terceiro e último capítulo, mediante a planificação e descrição de um conjunto de sete aulas, com base nos pressupostos enunciados nos capítulos precedentes.

¹ Fábio CARVALHO, *A teologia do corpo em J. L. Ruíz de la Peña*, Dissertação de Mestrado Integrado em Teologia sob a orientação da professora doutora Isabel Varanda, Braga, 2012.

Finalmente, como conclusão, apresento uma reflexão pessoal resultante da experiência do trabalho de investigação e preparação desta proposta pedagógica e didática onde exprimo algumas das principais dificuldades, e, principalmente, o conjunto de aprendizagens que efetivamente foram parte importante no decurso da Prática de Ensino Supervisionada, recorrendo a um tríptico de expressões-chave que resumem todo o trabalho realizado.

CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA E O SEU CONTRIBUTO PARA A FORMAÇÃO DA PESSOA HUMANA

Num tempo e numa cultura em que nos vamos apercebendo da fragilidade de determinadas instituições, bem como dos valores que as norteiam, torna-se cada vez mais urgente propor alternativas credíveis e capazes de corresponder àquelas que são as aspirações mais básicas de todo o ser humano. Se isto é verdade no que toca às necessidades básicas como a alimentação, a higiene e condições dignas de trabalho, não é menos verdade no que diz respeito ao acesso à educação e, mais especificamente, a um modelo educativo integrador da realidade pessoal como um todo. «O principal objetivo da educação é suscitar e favorecer a harmonia pessoal, a verdadeira autonomia, a construção progressiva e articulada dos aspetos racional e volitivo, afetivo e emocional, moral e espiritual, (pois) desta harmonia pessoal decorre a participação social e feliz, cooperante e solidária, que resulta na harmonia social.»²

Segundo o documento citado da Conferência Episcopal Portuguesa, que nos servirá de apoio neste primeiro capítulo, a harmonia geradora de vitalidade social é proveniente da harmonia existente, ou não, ao longo de todo o processo de desenvolvimento humano, por meio da educação. Harmonia pessoal e harmonia social estão intimamente ligadas e consistem, nesta medida, na sã conjugação dos diferentes estádios do desenvolvimento e crescimento humano. Assumida esta premissa fundamental, passamos a expor a nossa posição relativamente ao lugar e ao papel que, ainda hoje, uma disciplina como a Educação Moral e Religiosa Católica possui dentro da instituição escolar.

É inegável que numa cultura profundamente marcada por um certo laicismo ideológico, nem todos podem ou querem oferecer a outra face na hora de admitir, natural e honestamente, que esta disciplina tem um lugar absolutamente fundamental dentro da Escola, não apenas porque os pais têm o direito a escolher o tipo de educação que desejam

² CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral *Educação: direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, CEP, 2002, 2.

para os seus filhos³, mas também pelas metas e estruturas inerentes à íntima identidade de uma disciplina como a EMRC⁴.

Neste capítulo procuraremos oferecer algumas pistas que nos permitam olhar a Educação Moral e Religiosa Católica como uma disciplina ao serviço da formação integral da pessoa humana, oportuna e fundamental no contexto educativo português.

1. Família, Escola e Estado: instituições cooperantes na formação da pessoa

No centro das preocupações das estruturas sociais e instituições deverá estar a pessoa⁵. De facto, ela é, sem margem para dúvidas, o molde a partir do qual se desenvolve uma sociedade autenticamente justa e equitativa. Ao iniciar a Carta Pastoral sobre a Educação: «Direito e dever – missão nobre ao serviço de todos», os bispos portugueses assumiam, então, uma postura atenta perante a situação de «crise» pela qual certas estruturas, nomeadamente a Escola-instituição, passavam e, não tendo terminado esse *status*, continuam a ver-se mergulhadas nos mesmos problemas também na atualidade. «É nossa preocupação contribuir com uma reflexão serena sobre a temática geral da educação, de modo a ajudar os diversos agentes educativos no exercício da sua missão, para que possam encontrar melhores caminhos, enfrentando e ultrapassando a atual crise.»⁶, afirma a Conferência Episcopal Portuguesa.

É na busca permanente de soluções e na abertura de horizontes mais amplos e eficazes que se centrará toda a reflexão a partir da qual nos colocamos enquanto formadores e cooperadores na construção de uma sociedade harmoniosa à imagem da harmonia pessoal a que os seus membros são convidados a abraçar durante o percurso

³ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, Artigo 26º: «2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o tipo de educação a dar aos filhos.»

⁴ Para nos referirmos à disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica utilizaremos, ao longo de todo o trabalho, a sigla EMRC.

⁵ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral *Educação: direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, CEP, 2002, 8: «A dignidade irrepitível de cada pessoa fundamenta o seu direito inalienável a uma educação adequada às suas circunstâncias específicas. A pessoa é o sujeito primeiro e o objetivo último da educação.»

⁶ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral *Educação: direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, CEP, 2002, 1.

escolar, com consequências ao nível das vivências nos diferentes contextos e situações pessoais em que cada um se encontra.⁷

Sendo a educação uma tarefa, deveras, complexa, ela exige, conseqüentemente, uma concertação, também esta complexa, de esforços de modo a obter os frutos maduros do seu ensino. «A educação é uma tarefa permanente e englobante que conta com tempos privilegiados, integrados num processo de amadurecimento contínuo. Ela envolve uma diversidade de aspetos da pessoa e exige uma atmosfera criada por todos os intervenientes e um empenhamento concertado dos diversos agentes educativos.»⁸

Deste modo, parece-nos fundamental apresentar na estrutura do nosso trabalho uma breve síntese daquilo que pode ser uma visão válida sobre o lugar da pessoa diante das diferentes instituições intermédias, do Estado e da própria instituição familiar.

O contributo desta visão subsidiária poderá consistir, à primeira vista, numa espécie de ideia superficial daquilo que consideramos ser o centro nevrálgico de todo um universo social. Embora isto possa ser apresentado e entendido somente nestes moldes, numa perspetiva antropológica assente no modelo judeo-cristão, como é a do cristianismo, parece-nos um pouco, senão bastante, pobre. Isto é, seria imprudente tratar um doente sem antes ser traçado um diagnóstico seguro e capaz de agilizar eficazmente o processo de cura. Assim, e trazendo a metodologia do diagnóstico clínico para a nossa tarefa educacional, é necessário e urgente requerer uma análise profunda das causas da crise com que nos deparamos. Mencionamos, sublinhando a Conferência Episcopal Portuguesa, as seguintes preocupações:

«Pobreza de valores nos projetos educativos; as dificuldades da família; a relação da comunidade educativa familiar com os outros parceiros educativos; a situação crítica de muitas escolas que dificilmente podem responder às exigências do sistema educativo; a problemática ligada à liberdade de ensino e de escolha livre, em igualdade de circunstâncias, das escolas e dos projetos educativos desejados; a moderação e complementaridade, pelo Estado, de terceiros intervenientes no processo educativo; a tentação da estatização do ensino; as novas

⁷ *Ibidem*, 2 «Nós, Bispos da Igreja em Portugal, reconhecemos e apreciamos o esforço de muitos educadores empenhados em definir um projeto de educação que promova o desenvolvimento equilibrado de todas as dimensões do ser humano. Em conjunturas por vezes difíceis, na família, na escola, nas associações, em grupos ou movimentos, eles dão o melhor do seu saber e da sua dedicação para manter elevada a qualidade na educação. Os educadores são verdadeiros artífices de um futuro de pessoas harmoniosamente desenvolvidas e com boa relação social. Manifestamos a nossa solidariedade e apoio a todos os educadores, não raras vezes, sujeitos a pressões desgastantes, a marginalizações e até discriminações injustas. Estimulamo-los a continuarem o seu trabalho, sem desânimo e com esperança, em vista de um nobre objetivo: construir o homem, o homem pleno, onde brilha a luz do verdadeiro Homem, Jesus Cristo.»

⁸ *Ibidem*, 3.

tecnologias da comunicação com a sua capacidade de influenciar a vida das pessoas.»⁹

Ao apresentar este conjunto de dificuldades inerentes ao processo educativo atual, pretende-se estabelecer uma crítica consciente das dificuldades à conjuntura presente, mas, mais do que isso, propor caminhos que permitam uma evolução estrutural das diferentes instituições em vista do aperfeiçoamento dos seus objetivos comuns. Para que isso seja uma realidade é de suma importância que se promovam e possibilitem as condições necessárias às diferentes instituições, reconhecendo-lhes o seu estatuto e a sua especificidade, em vista da realização dos fins a que se propõem e destinam.

Referimo-nos, tal como anteriormente foi invocado, ao princípio da subsidiariedade¹⁰ aplicado à realidade educativa. Este é exigido por um outro princípio e sustentado obrigatoriamente pelo mesmo: o princípio do bem comum.¹¹ Corresponder a tal objetivo consiste em implementar na sociedade uma realidade possível, embora para muitos seja utópica, que na visão cristã do mundo se chama amor¹². O ato de educar é, na sua génese e finalidades, uma ato de amor, de caridade operante diante do outro. O bem comum, enquanto princípio estruturante, nada mais realiza do que o amor em ação, também quando aplicado à educação das novas gerações. Neste contexto estamos em condições de estabelecer um paralelo entre o princípio da subsidiariedade e o ato de educar.

⁹ *Ibidem*, 1.

¹⁰ COMPÊNDIO DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA, 187: «O princípio da subsidiariedade protege as pessoas dos abusos das instituições sociais superiores e insta a estas últimas a ajudar os particulares e os corpos intermédios a desenvolver as suas funções. Este princípio impõe-se porque toda a pessoa, família e corpo intermédio possui algo de original para oferecer à comunidade.»

¹¹ José-Ramón FLECHA, *Moral Social*, Sígueme, Salamanca, 2007, 143: «El principio del bien común exige por sí mismo la apelación al principio de subsidiaridad, que contempla la realidad, los valores, los derechos y deberes de la sociedad civil. Ese entramado de familias, de grupos y de asociaciones diversas crea y fomenta las múltiples relaciones interpersonales que constituyen la base de toda sociedad viva, creativa y respetuosa con la dignidad de las personas.»

¹² BENTO XVI, *Deus Caritas Est*, Roma, 25 de dezembro de 2005, 28b: «O amor – caritas – será sempre necessário, mesmo na sociedade mais justa. Não há qualquer ordenamento estatal justo que possa tornar supérfluo o serviço do amor. Quem prescinde do amor, prepara-se para se desfazer do ser humano enquanto ser humano. Sempre haverá sofrimento a precisar de consolo e ajuda. Sempre haverá solidão. Existirão sempre situações de necessidade material, para as quais é indispensável uma ajuda na linha de um amor concreto ao próximo. Um Estado, que queira prover a tudo e tudo açambarcar, torna-se, no fim de contas, uma instância burocrática que não pode assegurar o essencial de que o ser humano sofre – todo o ser humano – tem necessidade: a amorosa dedicação pessoal. Não precisamos de um Estado que regule e domine tudo, mas de um Estado que generosamente reconheça e apoie, segundo o princípio da subsidiariedade, as iniciativas que nascem das diversas forças sociais e conjugam espontaneidade e proximidade às pessoas carecidas de ajuda. A Igreja é uma destas forças vivas.»

É necessário que a sociedade desperte para a realidade e entenda o quão é importante que as novas gerações tenham acesso à educação desejada pela família, ‘primeira comunidade educativa’, mesmo que recorrendo às estruturas disponibilizadas pelo Estado ou outras instituições creditadas para a finalidade educativa, como o são as cooperativas particulares de ensino, por exemplo.

A aplicação do princípio da subsidiariedade à educação é, nesta perspetiva, absolutamente fundamental ao desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente plural e capaz de oferecer respostas adequadas às situações concretas das múltiplas instituições familiares e sociais. O Estado deverá ser o primeiro promotor desta visão subsidiária, que permite uma liberdade real e favorecedora do pleno desenvolvimento dos seus cidadãos. Infelizmente, assiste-se à tentação de estatizar a estrutura educativa ao ponto de a asfixiar com perspetivas unilaterais, que visam implementar, à força de argumentos ditos científicos, certas ideologias com raízes quase antagónicas relativamente àquelas que sustentam a civilização fundada sobre os alicerces da cultura judaico-cristã.¹³

Família, Escola e Estado, encontrar-se-ão num denominador comum, a pessoa humana e o seu desenvolvimento integral em vista de um correto e justo desenvolvimento social. Chegados a este ponto, torna-se fácil entender as implicações concretas do princípio da subsidiariedade e o seu alcance a uma escala alargada. É certo que esta postura se apresenta inconveniente a determinadas ideias de Estado e de pessoa, mas é certo também que parece ser aquela que procura elevar a pessoa ao seu nível de maturação e implicação social mais elevado e livre¹⁴. «A pessoa é o sujeito primeiro e o objeto último da educação. Tudo quanto existe sobre a terra deve ser ordenado em função do Homem,

¹³ BENTO XVI, *Discurso no Parlamento Alemão*, 22 de setembro de 2011: «A cultura da Europa nasceu do encontro entre Jerusalém, Atenas e Roma, do encontro entre a fé no Deus de Israel, a razão filosófica dos Gregos e o pensamento jurídico de Roma. Este tríplice encontro forma a identidade íntima da Europa. Na consciência da responsabilidade do homem diante de Deus e no reconhecimento da dignidade inviolável do homem, de cada homem, este encontro fixou critérios do direito, cuja defesa é a nossa tarefa neste momento histórico.»

¹⁴ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral Educação: direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, CEP, 2002, 8: «A educação tem a tarefa nobre de motivar para a construção da responsabilidade, em prática progressiva da liberdade, guiada por valores que se tornam convicções, resultando em reconhecimento e gosto de si próprio, em reconhecimento dos outros e em vontade de articulação social alegre e empenhada.

A educação para a liberdade inclui o gradual exercício dos direitos fundamentais da pessoa humana e o cumprimento dos respetivos deveres. Inclui ainda o respeito dos direitos dos outros e a consciência da solidariedade, fruto de uma inteligência esclarecida, de uma vontade ativa e de uma afetividade equilibrada. No exercício dos deveres, o homem dá-se ao outro, contrariando a imagem excessivamente egocêntrica que resulta de um exagerado clamor de direitos.»

como seu centro e termo: neste ponto existe um acordo quase geral entre crentes e não-crentes.»¹⁵

No centro da questão está aquele e aquela que é o sujeito da mesma. O educando é o ‘protagonista’ de um processo que o conduzirá à meta pretendida, isto é, ao seu desenvolvimento integral de forma a tornar-se uma pessoa autónoma e em relação de harmonia com os demais membros da sociedade.¹⁶

A família é, deste modo, «o espaço por excelência para a educação»¹⁷, esta é a sua principal vocação pois «os pais, que transmitiram a vida aos filhos, têm uma gravíssima obrigação de educar a prole e, por isso, devem ser reconhecidos como seus principais educadores. Esta função educativa é de tanto peso que, onde não existir, dificilmente poderá ser suprida.»¹⁸ De facto, a família, na medida em que se proporcionem as devidas condições, «configura-se como espaço privilegiado de educação e como primeira experiência de socialização.»¹⁹

Embora assistamos à desagregação de famílias a uma escala muito elevada, e para esse fenómeno poderíamos, eventualmente, encontrar bastantes causas que não são objeto de análise no presente trabalho, é importante ressaltar sempre mais o papel da família em cujos membros se denota aquele equilíbrio necessário à sua convivência entre si. Não obstante as dificuldades no seio das famílias, que são uma realidade social eminente, o ideal de família, como espaço de educação e crescimento equilibrados, não cai por terra. Felizmente são muitíssimas, senão a maior parte, as famílias que ainda correspondem àquela que é a sua vocação primeira, a de educar os filhos, sem descuidar em momento algum essa missão. «A primeira responsabilidade educativa dos pais é irrenunciável e inalienável.»²⁰

¹⁵ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral *Educação: direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, CEP, 2002, 8.

¹⁶ *Ibidem*, 13: «A simples transmissão de conhecimentos e a imposição de modelos ou padrões estéticos, éticos e espirituais não bastam para o desenvolvimento harmónico dos educandos. O segredo pedagógico está em conseguir desencadear no espírito e no coração dos educandos um movimento interior que favoreça o desabrochar das próprias qualidades, desperte o desejo de aperfeiçoamento e correção pessoal e leve a acolher os contributos que a família, a escola, os grupos e a Igreja oferecem. Uma lógica de ensino deve ser conjugada com uma lógica de aprendizagem, em que o educando participa ativamente no processo educativo, caminhando para a gradual construção como ser autónomo e em relação harmoniosa.»

¹⁷ *Ibidem*, 15.

¹⁸ *Ibidem*, 15.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Ibidem*, 16. «Na generalidade dos casos, a família conta com o apoio de outras comunidades educativas, mas cabe-lhe sempre a primeira responsabilidade, o direito e o dever de escolher o projeto educativo para os seus filhos, na medida do possível e dentro de uma pluralidade desejável de ofertas.»

Regressando ao princípio do bem comum, que há pouco invocámos, também ele deve ser colocado em discussão, neste momento.

«No campo educativo, por exigência do bem comum, é tarefa do Estado criar condições para que a família seja, quanto possível, a comunidade educativa primária e a estrutura básica do bem social. (...) O Estado tem obrigação de defender e promover o fundamento antropológico e a estabilidade da família, criando condições para que não precise de transferir as suas responsabilidades para qualquer outra instância educativa.»²¹

A par da família, também a escola possui um papel absolutamente incontornável no contexto educativo das novas gerações. A escola é, aliás, o espaço físico onde crianças, adolescentes e jovens passam a maior parte do tempo útil. Obrigatoriamente, encontram aí o lugar mais próximo de si para a realização de múltiplas aprendizagens ao nível dos conteúdos disciplinares, bem como ao nível do estabelecimento de relações interpessoais que lhes permitam uma integração harmoniosa na sociedade. «Lugar de aprendizagem, por excelência, dos saberes intelectuais e de experiências de vida, a escola é o espaço do progressivo acesso normal ao património cultural de um povo, tornando-se um contributo específico para o desenvolvimento da matriz cultural dos indivíduos.»²² A escola é, poderemos dizê-lo, uma espécie de antecâmara que prepara para a vida social e profissional, com base no cultivo das capacidades intelectuais e promovendo o sentido crítico dos alunos, deve, ainda, estimular a vivência dos valores fundamentais que sustentam uma sociedade coesa²³.

Os professores e todos os membros da comunidade escolar desempenham um papel importante na transmissão de conteúdos, bem como de valores que se repercutirão

²¹ *Ibidem*, 17.

²² *Ibidem*, 18.

²³ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade*, CEP, 2006, 4: «Verifica-se que há na sociedade e na escola uma crescente necessidade de valores hierarquizados, que pautem a vida, e uma procura de transcendência e de religiosidade, sem os quais a vida perde horizontes, confina-se ao imediatismo das situações quotidianas, torna-se efémera e conduz a uma sociedade vazia de sentido.

Neste ambiente cultural, a EMRC desenvolve um trabalho importante e está significativamente implantada em todos os tipos de escolas: estatais, particulares e cooperativas, incluindo a escola católica.

É de salientar, particularmente, o elevado número de escolas estatais onde esta disciplina se impôs. Têm contribuído para tal, entre outros fatores: a competência, o empenho e a dedicação dos respetivos professores; o pedido e apoio das famílias, conscientes dos seus direitos; a abertura e o reconhecimento da parte de Conselhos Executivos e de outros órgãos responsáveis das escolas; e o cuidado pastoral dos Bispos e das instâncias diocesanas responsáveis por este sector.

Face às dificuldades e resistências apresentadas, em muitíssimos casos o que mais leva a aderir a esta disciplina é o carisma e o profissionalismo do professor, fator que, na prática, prevalece sobre o reconhecimento do valor da disciplina para a formação dos alunos.»

nas atitudes dos educandos e na estruturação da sua personalidade.²⁴ Assumem, de facto, um papel importante, que não pode nem deve ser desvalorizado ou mesmo subestimado como muitas vezes acontece.

É na conjugação dos diferentes intervenientes e parceiros educativos que se processa a viagem formativa em que consiste a educação. Assim «a interação dos elementos da comunidade educativa, com relevância para a associação de pais na elaboração do projeto educativo e no desenvolvimento do mesmo, faz da escola um pólo aglutinador e uma expressão sinérgica da tarefa educativa dentro da comunidade local.»²⁵ Ao colocar-se na escola uma grande responsabilidade no processo educativo, não se desresponsabiliza os pais, eles «não estão na periferia da escola, são parte integrante da comunidade educativa. Por isso, a relação da escola com a família tem de se exprimir em clara interação.»²⁶

Ao Estado, enquanto suporte e organizador das iniciativas da sociedade civil, compete «defender os direitos e deveres educativos dos pais e apoiar as instituições que os completem na responsabilidade da educação.»²⁷ O Estado apresenta-se, desta forma, não como monopolizador do sistema educativo, mas como servidor da complementaridade e liberdade educacional dos seus cidadãos. Segundo o princípio da subsidiariedade, a função estatal²⁸, também ao nível da educação, respeitará as iniciativas das instituições inferiores desde que estas respeitem o princípio do bem comum na aplicação dos projetos educativos em vista da formação científica, ética e cultural dos educandos. «Segundo o princípio da subsidiariedade, deve (o Estado) suprir as falhas dos

²⁴CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral *Educação: direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, CEP, 2002, 19: «Os professores desempenham um papel preponderante na comunidade educativa que deve ser a escola. A sua função de motivadores principais exige uma humildade e honestidade de quem reconhece que a verdadeira escola, como serviço à pessoa, é a da busca permanente, onde os educandos têm um papel fundamental. Tudo isto exige dos educadores a paixão de quem se dá à missão de ajudar os educandos a crescer de forma integral, coerente e harmoniosa.

Todos os outros membros da comunidade educativa, em particular os auxiliares de ação educativa, são também relevantes, por interferirem, embora de maneira menos formal, no processo, pois testemunham valores e sugerem atitudes do quotidiano, importantes na estruturação da personalidade: a delicadeza e o respeito na utilização das coisas, no trato com os outros e no relacionamento com o meio ambiente.»

²⁵ *Ibidem*, 20.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ JOÃO PAULO II, *Redemptor hominis*, Carta Encíclica, 1979. «O sentido essencial do Estado, como comunidade política, consiste nisto: que a sociedade e, quem a compõe, o povo é soberano do próprio destino. Um tal sentido não se torna uma realidade, se, em lugar do exercício do poder com a participação moral da sociedade ou do povo, tivermos de assistir à imposição do poder por parte de um determinado grupo a todos os outros membros da mesma sociedade. Estas coisas são essenciais na nossa época, em que tem crescido enormemente a consciência social dos homens e, conjuntamente com ela, a necessidade de uma correta participação dos cidadãos na vida política da comunidade, tendo em conta as reais condições de cada povo e o necessário vigor da autoridade pública.»

pais, sem, todavia, contrariar os seus legítimos e justificados desejos, assim como criar as estruturas indispensáveis, escolas ou outras instituições, na medida em que o bem comum o exigir.»²⁹

Ao Estado não compete, deste ponto de vista, escolher ou impor o quadro de valores³⁰ a apresentar aos educandos uma vez que, segundo o princípio da subsidiariedade, compete aos pais a livre escolha do quadro de valores para os seus filhos. «É próprio do Estado garantir que todos os cidadãos tenham acesso a uma participação ativa e consciente na riqueza cultural e na vida cívica, o que exige a possibilidade de um equilibrado desenvolvimento de todas as vertentes integrantes da pessoa humana, sem exclusão nenhuma, designadamente religiosa, como às vezes acontece.»³¹

Ao Estado compete, ainda, «apoiar projetos educativos, confessionais ou outros, e velar para que cumpram o serviço à educação, no respeito pela diversidade de opções. Na escola do Estado, quando se justifica a sua existência, o mesmo pluralismo de convicções deve ser proporcionado, sem sobrecarga nem desrespeito pelos educandos.»³² Nesta medida não será injustificado que na escola pública exista também um paradigma de valores confessionais, não apenas cristãos, com caráter curricular.

2. EMRC na construção da identidade pessoal e social – metas e finalidades curriculares

Muitos são os que questionam a pertinência de uma disciplina curricular como a Educação Moral e Religiosa Católica no âmbito da escola pública. À luz do que ficou dito no ponto anterior acerca do princípio da subsidiariedade, bem como no respeitante ao direito dos pais à livre escolha do quadro de valores que desejam transmitir ou que seja transmitido aos seus filhos e educandos, parece-nos pertinente apresentar agora algumas

²⁹ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral *Educação: direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, CEP, 2002, 21.

³⁰ *Ibidem*, 22: «A bem da educação e dos seus objetivos, numa comunidade organizada, participativa e responsável, está vedado ao Estado o monopólio da educação e da sua programação segundo quaisquer diretivas ideológicas, sociais, políticas ou religiosas. Nenhum projeto educativo é neutro; a educação é sempre intencional. A pretensão de uma educação neutra torna-se um dirigismo educativo inadmissível numa sociedade democrática. Não pode aceitar-se a justificação da neutralidade para satisfazer o pluralismo cultural. Este resolve-se através de projetos escolares diferenciados, já que as crianças e os jovens têm o direito a uma educação dentro dos seus padrões de cultura.»

³¹ *Ibidem*, 21.

³² *Ibidem*, 22.

pistas que possibilitem algum esclarecimento sobre essa mesma pertinência curricular de tal disciplina.

Para isso, parece oportuno propor que recuemos umas décadas até ao Concílio Vaticano II (1962 – 1965) e vejamos o que nos diz o documento conciliar *Gravissimum Educationis* sobre a educação em geral e, mais especificamente, sobre a educação moral e religiosa nas escolas.

«Em toda a parte se fazem esforços para promover cada vez mais a educação (...) com o aumento crescente do número de alunos, multiplicam-se e aperfeiçoam-se as escolas e fundam-se outros centros de educação; cultivam-se novas experiências, os métodos de educação e de instrução; realizam-se grandes esforços para que tais métodos estejam à disposição de todos os homens, embora muitas crianças e jovens ainda não possuam a formação mais elementar, e tantos outros carecem de educação adequada, na qual se cultivem simultaneamente a verdade e a caridade.»³³

É possível retirar deste trecho do proémio da Declaração *Gravissimum Educationis* duas expressões chave no que diz respeito à conceção de educação por parte da Igreja Católica. As expressões chave são as palavras *verdade* e *caridade*. De facto, nestas duas palavras assenta todo o edifício conceptual e prático que nos permitirá entender o ensejo e a preocupação eclesial em torno da questão educativa como questão fundamental para o pleno desenvolvimento humano em direção a uma meta definitiva.

«Visto que a santa Mãe Igreja, para realizar o mandato recebido do seu fundador, de anunciar o mistério da salvação a todos os homens e de tudo restaurar em Cristo, deve cuidar de toda a vida do homem, mesmo da terrena enquanto está relacionada com a vocação celeste, tem a sua parte no progresso e na ampliação da educação. Por isso, o sagrado Concílio enuncia alguns princípios fundamentais sobre a educação cristã mormente nas escolas, princípios que serão depois desenvolvidos por uma Comissão especial e aplicada nos diversos lugares pelas Conferências Episcopais.»³⁴

Fundada numa finalidade que transcende os limites da própria história, a Igreja vê na ação educativa um meio eficaz de realização da vocação a que o ser humano é chamado. «A verdadeira educação pretende a formação da pessoa humana em ordem ao

³³ CONCÍLIO VATICANO II, Declaração *Gravissimum Educationis*, Proémio, sobre a educação cristã, 28 de outubro de 1965.

³⁴ *Ibidem*.

seu fim último e, ao mesmo tempo, ao bem das sociedades de que o homem é membro e em cujas responsabilidades, uma vez adulto, tomará parte.»³⁵

O Concílio augura que as crianças e jovens não se vejam privados deste direito fundamental como é a educação e pretende ver os cristãos empenhados nos processos educativos, de modo a corresponderem ao plano divino original de maturação humana por meio da educação integral da pessoa. O Concílio pede, por isso,

«a todos os que governam os povos ou orientam a educação, para que providenciem que a juventude nunca seja privada deste sagrado direito. Exorta, porém, os filhos da Igreja a que colaborem generosamente em todo o campo da educação, sobretudo com a intenção de que se possam estender o mais depressa possível a todos e em toda a parte os justos benefícios da educação e da instrução.»³⁶

O Concílio manifesta com clareza a postura da Igreja no que respeita à educação enquanto direito básico e fundamental de toda a pessoa, na medida em que, por meio da ação educativa, a pessoa é capacitada dos meios eficazes para a obtenção de um estatuto próprio da sua dignidade ontológica. Se isto é verdade para todos os homens e mulheres, sem distinção de cultura, religião ou etnia, é também verdade que o Concílio exorta os cristãos, particularmente, a assumirem uma posição concreta e comprometida nos meios escolares e contextos educativos em geral. «Todos os cristãos que, uma vez feitos nova criatura mediante a regeneração pela água e pelo Espírito Santo, se chamam e são de facto filhos de Deus, têm direito à educação cristã.»³⁷

A educação é, portanto, não apenas um direito universal extensivo a todos sem distinções, como é para os cristãos um direito fundamental o acesso à educação segundo o prisma cristão. A Igreja vê no seu modelo educativo uma oportunidade valiosa de formação integral da pessoa humana. «Esta (educação) procura dar não só a maturidade da pessoa humana acima descrita, mas tende principalmente a fazer com que os batizados, enquanto são introduzidos gradualmente no conhecimento do mistério da salvação, se tornem cada vez mais conscientes do dom da fé que receberam.»³⁸

Partindo destes pressupostos, estamos em condições de afirmar a validade inquestionável de uma disciplina curricular como é a EMRC no nosso sistema educativo português. Embora exista um sem número de vozes que discordem deste ponto de vista,

³⁵ *Ibidem*, 1.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ *Ibidem*, 2.

³⁸ *Ibidem*.

alegando motivos de diversa ordem, inclusivamente argumentando que o Estado, uma vez laico, não deveria permitir uma disciplina de moral religiosa dentro da escola pública, não nos é possível compreender, tendo em conta o que foi dito, esse tipo de argumentação.

O Estado, embora laico, não se constitui por membros neutros do ponto de vista religioso, filosófico ou ideológico³⁹. Parece, isso sim, existir alguma dificuldade por parte de certas entidades em admitir determinados direitos humanos básicos como a acesso à educação e aos valores que os pais pretendem ver transmitidos aos seus filhos. Nesta matéria, como noutras, é necessário percorrer um caminho de honestidade intelectual e diálogo entre Estado e instituições de forma a que seja possível criar pontes que facilitem uma evolução favorável, acima de tudo para os primeiros destinatários e beneficiários da educação, educandos e família humana em geral, no que diz respeito à educação e transmissão de valores fundamentais⁴⁰.

É com base nestas premissas que inserimos a questão da pertinência da Educação Moral e Religiosa Católica na escola, tendo em conta as finalidades desta disciplina e a sua índole cristã enquanto resposta ao direito básico que os pais possuem de ver ser transmitida aos seus filhos e educandos⁴¹.

³⁹ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade*, CEP, 2006, 2: «A crescente secularização da nossa sociedade, à semelhança do que em geral se passa em toda a Europa, tende a sublinhar a laicidade do Estado e a defender a privatização da religião, remetendo as suas expressões, incluindo as do cristianismo, para os espaços internos às instituições religiosas. Há uma justa laicidade do Estado, que consiste na sua neutralidade religiosa. "Mas neutralidade religiosa não pode significar que o Estado seja anti-religião, fazendo da laicidade uma espécie de credo, tornando-o num Estado confessional de sinal contrário.

(...) A prática da laicidade do Estado não deve supor a laicidade da sociedade".

Àquela tendência anda geralmente associada a uma assinalável ignorância religiosa de que resultam resistências do sistema educativo à lecionação da EMRC: indiferentismo ou hostilidade, dificuldades na definição de horários e tentativas de diluição da natureza curricular desta disciplina.»

⁴⁰ *Ibidem*, 3: «As diferentes sensibilidades e formas de entendimento de quem assume cargos de gestão nas escolas e nos vários órgãos do Ministério da Educação e a diversidade de interpretações das leis que regulam os currículos escolares, tantas vezes eivadas de ambiguidades, são outros fatores que geram um clima de forte contingência na organização e desenvolvimento da EMRC. A situação complica-se, quando se emitem disposições legais que quebram a continuidade com as anteriores, sem que estas sejam revistas.

Torna-se indispensável a afirmação clara de direitos e de obrigações consignados em lei. Mas esta, só por si, não basta. Compete às escolas e outras instâncias do Estado criar as condições necessárias para a sua efetivação e cumprimento, o que, infelizmente, nem sempre se tem verificado, designadamente no respeitante à lecionação da EMRC no 1º ciclo do ensino básico.»

⁴¹ *Ibidem*, 6: «O contributo da EMRC para o desenvolvimento das crianças, dos adolescentes e dos jovens, parte do reconhecimento da "componente religiosa como fator insubstituível para o crescimento em humanidade e em liberdade". Nessa perspetiva, a EMRC ajuda a amadurecer as interrogações sobre o sentido da vida e mostra que "o Evangelho de Cristo oferece uma verdadeira e plena resposta, cuja fecundidade inexaurível se manifesta nos valores de fé e de humanidade, expressos pela comunidade crente e arraigados no tecido histórico e cultural das populações da Europa".

A dimensão religiosa é constitutiva da pessoa humana. Por isso, não haverá educação integral, se a mesma não for tomada em consideração; nem se compreenderá verdadeiramente a realidade social, sem o conhecimento do fenómeno religioso e das suas expressões e influências culturais.

Em 2006, a Conferência Episcopal Portuguesa [CEP] apresentou um documento absolutamente incontornável quando se trata de perceber os fins de uma disciplina curricular com a EMRC: *‘Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade’*. Então, os bispos manifestavam expressamente a sua posição relativamente ao fundamento de tal disciplina, bem como os benefícios a retirar da mesma por parte de toda a comunidade escolar e educativa, quer ao nível público, quer privado.

«A Educação é uma tarefa fundamental da sociedade. Dela depende, decisivamente, o desenvolvimento harmonioso e integral das crianças, dos adolescentes e dos jovens, e a qualidade do progresso da sociedade. Porque está em causa a pessoa humana, razão de ser e objeto central da missão da Igreja, a Conferência Episcopal Portuguesa pronunciou-se sobre a Educação, num passado relativamente próximo, através de uma carta Pastoral, em que expôs o seu pensamento e convidou todos os parceiros educativos a conjugarem esforços para melhorar a Educação em Portugal.»⁴²

A par da preocupação básica relativamente à educação em geral, a Conferência Episcopal Portuguesa pretendeu alertar sobretudo para aquelas que já eram as preocupações do Concílio Vaticano II acerca da educação, e mais especificamente da educação cristã.

«A Igreja Católica está presente nas múltiplas instâncias promotoras da Educação, onde, na fidelidade à sua missão específica, procura ‘proporcionar à pessoa a visão cristã do mundo, do homem e de Deus, e não se demitirá de continuar a oferecer, com total liberdade, propostas educativas’.

A sua ação educativa reveste-se de múltiplas formas e realiza-se, em primeiro lugar junto da família, comunidade educativa por excelência. Além disso, realiza-se através das suas próprias instituições educativas,

A EMRC tem, pois, um alcance cultural e "um claro valor educativo". Orienta-se para "formar personalidades ricas de interioridade, dotadas de força moral e abertas aos valores da justiça, da solidariedade e da paz, capazes de usar bem a própria liberdade".

A EMRC é, por isso, oferecida a todos os alunos, independentemente da sua diversidade de crenças e opções religiosas: com fé católica ou outra, em situação de procura, indiferentes ou descrentes. Esta diversidade corresponde à situação das famílias que solicitam o apoio da EMRC: se umas desejam que a componente religiosa integre a formação dos seus filhos, outras há que se interessam somente pela sua informação e formação moral e cultural.

À confiança e expectativa das famílias e dos alunos há de corresponder, por parte dos professores, dos responsáveis das escolas, do Ministério da Educação e da Igreja, a integral fidelidade à especificidade da EMRC.»

⁴² CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade*, CEP, 2006, 1.

particularmente as escolas católicas, mas também, no empenhamento em instituições estatais e privadas.»⁴³

Neste sentido, no tocante à disciplina de EMRC, afirmava-se:

«Assume especial importância a presença institucional que a Igreja Católica tem oferecido à Escola, nomeadamente no plano do Ensino Religioso Escolar, que usufrui, entre nós, de uma longa e relevante tradição. Essa intervenção consubstancia-se na disciplina/área curricular disciplinar de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC), de carácter facultativo, que abrange os ensinamentos básico e secundário (do 1º ao 12º ano de escolaridade).»⁴⁴

A Educação Moral e Religiosa Católica, de longa tradição escolar no nosso país, continua a ser uma disciplina curricular que, apesar de facultativa, tem um lugar bem definido e necessário dentro da escola. Não apenas pelos motivos já mencionados e sublinhados pela Conferência Episcopal Portuguesa, mas sobretudo porque ela tem uma palavra a dizer sobre a pessoa humana e sobre o seu lugar no mundo enquanto ser individual e social, enquanto ser aberto ao mundo natural, cultural e, em suma, ao próprio Deus. São, de facto, estes os pilares que sustentam uma disciplina desta natureza e sem os quais não seria possível identificar qualquer tipo de utilidade na sua defesa e leccionação.

Assim, e com o intuito de aclarar as finalidades específicas da EMRC, faremos a apresentação destas tendo em conta o documento *‘Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade’*, da CEP, que, atualmente, já se encontram consignadas no *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, editado pelo Secretariado Nacional de Educação Cristã, no transato ano de 2014.

As finalidades da Educação Moral e Religiosa Católica apresentadas nestes documentos são as seguintes:

«O aluno que frequente, com continuidade, a EMRC deverá conseguir alcançar as seguintes grandes finalidades:

- apreender a dimensão cultural do fenómeno religioso e do cristianismo, em particular;
- conhecer o conteúdo da mensagem cristã e identificar os valores evangélicos;
- estabelecer o diálogo entre a cultura e a fé;
- adquirir uma visão cristã da vida;

⁴³ *Ibidem.*

⁴⁴ *Ibidem.*

- entender e protagonizar o diálogo ecuménico e inter-religioso;
- adquirir um vasto conhecimento sobre Jesus Cristo, a História da Igreja e a Doutrina Católica, nomeadamente nos campos moral e social;
- apreender o fundamento religioso da moral cristã;
- conhecer e descobrir o significado do património artístico-religioso e da simbólica cristã;
- formular uma chave de leitura que clarifique as opções de fé;
- estruturar as perguntas e encontrar respostas para as dúvidas sobre o sentido da realidade;
- aprender a posicionar-se, pessoalmente, frente ao fenómeno religioso e agir com responsabilidade e coerência.»⁴⁵

Atendendo às finalidades da disciplina de EMRC, pode concluir-se com relativa facilidade que esta é uma área curricular que permite aos alunos o contacto com aquelas que são as bases culturais, éticas e religiosas da civilização ocidental, dentro da qual se encontra mormente a cultura portuguesa como atesta o testemunho da História Universal.⁴⁶ Além disso, é um apelo à tomada de consciência de si e dos outros dentro do contexto cultural e a uma consequente tomada de posição consciente e esclarecida relativamente ao próprio projeto de vida e ao seu desenvolvimento e amadurecimento, partindo de uma mundividência cristã.

3. Síntese

Como síntese deste primeiro capítulo gostaríamos de, em primeiro lugar, reafirmar a centralidade da família no processo educativo dos filhos. É, sem margem para dúvidas, a família a primeira e mais fecunda escola de educação e transmissão daqueles valores fundamentais e estruturantes da personalidade humana. A este respeito diz o Papa João Paulo II, na Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*:

⁴⁵ *Ibidem*, 10; cf. SECRETARIADO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 2014.

⁴⁶ *Ibidem*, 8: «A EMRC tem uma natureza diferente da Catequese, quanto às finalidades, aos destinatários e aos conteúdos. Além disso, exerce-se num ambiente também diferente. Situada na escola, a EMRC insere-se nas suas finalidades, utiliza os seus métodos e tem uma especificidade própria: "O que confere ao ensino religioso escolar a sua característica peculiar é o facto de ser chamado a penetrar no âmbito da cultura e de se relacionar com os outros saberes". A EMRC tem em vista a formação global do aluno, que permita o reconhecimento da sua identidade e, progressivamente, a construção um projeto pessoal de vida. Promove-a a partir do diálogo da cultura e dos saberes adquiridos nas outras disciplinas com a mensagem e os valores cristãos enraizados na tradição cultural portuguesa.»

«O dever de educar tem as suas raízes na vocação primordial dos esposos em participar na obra criadora de Deus. Gerando no amor e por amor uma nova pessoa, que traz em si a vocação ao crescimento e ao desenvolvimento, os pais assumem por isso mesmo o dever de ajudar eficazmente a viver uma vida plenamente humana. (...) O direito-dever educativo dos pais qualifica-se como essencial, ligado como está à transmissão da vida humana; como original e primário, em relação ao dever educativo dos demais, pela unicidade da relação de amor que subsiste entre pais e filhos; como insubstituível e inalienável, o qual portanto, não pode ser totalmente delegado ou usurpado por outros.»⁴⁷

E, em segundo lugar, destacar a pertinência de uma disciplina curricular como a Educação Moral e Religiosa Católica, que tem na sua conceção e finalidades um contributo altamente oportuno para aquela formação complementar à da família, na medida em que apresenta aos educandos pistas válidas para a formação da própria personalidade na conjugação dos saberes interdisciplinares. Esta é exatamente a sua especificidade e o seu autêntico serviço à educação e formação integral da pessoa humana. Por isso, considera-se a disciplina de EMRC uma mais-valia para a escola – instituição na medida em que presta um serviço à pessoa integrando-a na grande família humana.⁴⁸

⁴⁷ JOÃO PAULO II, *Familiaris Consortio*, Exortação Apostólica, 1981, 36.

⁴⁸ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade*, CEP, 2006, 9: «A Escola tem uma função educativa. Transmite o património científico, cultural, ético, estético e artístico, com vista à assimilação sistemática e crítica da cultura e à aquisição de competências para o prosseguimento dos estudos ou para a inserção no mundo do trabalho. A própria convivência humana que a Escola proporciona é um forte potencial de conhecimento pessoal e de integração social.

A EMRC interessa à Escola e, designadamente, à escola estatal. É lugar privilegiado de desenvolvimento harmonioso do aluno, considerado como pessoa, na integridade das dimensões corporal e espiritual, e da abertura à transcendência, aos outros e ao mundo que é chamado a construir. Ao mesmo tempo, a EMRC é um alerta para referência a estas dimensões que as outras disciplinas, as atividades da escola e o próprio projeto educativo são chamados, também, a contemplar.

Na escola católica, a EMRC reveste-se de uma importância acrescida, dada a íntima relação com as suas finalidades e o contributo indispensável que presta à concretização do seu projeto educativo, uma vez que este se inspira no Evangelho e se orienta num duplo sentido: (1) de fornecer aos jovens os instrumentos cognoscitivos, indispensáveis na sociedade atual, que privilegia quase exclusivamente os conhecimentos técnicos e científicos; (2) e, especialmente, de lhes proporcionar uma sólida formação cristã.

Orientando-se pelos mesmos programas e prescrições metodológicas, poderá, no entanto, aprofundar esse estudo e, ainda, articulá-lo com um programa de pastoral escolar.»

CAPÍTULO II - A ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA DE JOÃO PAULO II E O SEU CONTRIBUTO PARA A EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA

Depois de no primeiro capítulo termos apresentado algumas ideias básicas a respeito da pertinência da disciplina curricular de EMRC no contexto educativo português, avançamos, agora, para a temática central do nosso trabalho. Pretende-se estabelecer, deste modo, um paralelo entre a antropologia do Papa João Paulo II, presente nas suas catequeses sobre a teologia do corpo, e a ideologia vigente na atualidade sobre o ‘género’ e as suas implicações ao nível antropológico. Deste capítulo resultará não apenas esse paralelo, mas, antes de tudo, uma proposta educativa baseada na visão do ser humano enquanto ser criado para a felicidade e em cuja natureza possui inscritos determinados pressupostos que lhe permitem essa plena e feliz realização.

Creemos que a antropologia teológica de João Paulo II pode e deve ser um verdadeiro contributo para a Educação Moral e Religiosa Católica na medida em que estabelece um diálogo fecundo entre aquilo que está contido na Tradição milenar da Igreja Católica, e aquela visão dinâmica e inovadora sobre quem são o homem e a mulher dos nossos dias. A teologia do corpo presente nas catequeses deste Papa é, de facto, um precioso contributo para a formação da identidade da pessoa nas suas mais variadas dimensões, bem como um lugar seguro para a perceção clara da responsabilidade inerente ao ser homem e ser mulher perante uma criação na qual estes dois interlocutores desempenham um papel absolutamente central e decisivo⁴⁹.

Recentemente foi editada, em Portugal, uma versão das Catequeses do Papa João Paulo II sobre a Teologia do Corpo, sob a coordenação do Padre Miguel Pereira da diocese de Lisboa, que se tem apresentado uma mais-valia preciosa no acesso aos ensinamentos deste Papa, permitindo a sua leitura e estudo aprofundados. Esta edição das *catequeses*, com os respetivos textos introdutórios, servir-nos-á de guia de trabalho e investigação no presente capítulo com o objetivo de tornar um pouco mais clara e acessível a mensagem de conjunto dos textos papais.

⁴⁹ Carl ANDERSON, José GRANADOS, *Criados para o amor, Teologia do corpo de João Paulo II*, Lucerna, Cascais, 2014, 8: «Entre os maiores dons que João Paulo II deixou à Igreja e à humanidade está seguramente a sua ‘teologia do corpo’, que nos permitiu redescobrir o imenso tesouro da antropologia bíblica e a grande tradição cristã, ultrapassando assim perspetivas estreitas e marginais e integrando-as numa visão concordante com a experiência vivida, que passa a ser apreendida com uma nova vivacidade.»

Antes de nos adentrarmos no tema propriamente dito, gostaria de começar por descrever um pouco da história destas catequeses, como surgiram e qual o seu contributo para a teologia e antropologia na atualidade.

As catequeses sobre a teologia do corpo, como o próprio Papa João Paulo II lhes chama⁵⁰, surgem a partir da sua própria experiência pastoral, antes mesmo de ser eleito Papa. São fruto de um livro inacabado, enquanto cardeal, cujo título é ‘Homem e mulher Ele o criou’⁵¹. Verdadeiramente sugestivo e até provocador, o título deste livro inacabado viria a dar corpo a um conjunto de reflexões proféticas relativamente ao amor humano e à vivência da sexualidade que hoje conhecemos como catequeses sobre a teologia do corpo, nascidas do primeiro grande impulso catequético do pontificado de João Paulo II. Ao todo são 129 catequeses proferidas nas audiências gerais das quartas-feiras desde 1979 até 1984, com algumas interrupções por motivos diversos, entre os quais está o atentado de que o Papa foi vítima, a 13 de maio de 1981.

1. A antropologia de João Paulo II presente nas catequeses sobre a teologia do corpo

As catequeses sobre a teologia do corpo têm um objetivo claramente pastoral e pedagógico num contexto histórico marcado pela revolução sexual e pelo conseqüente advento de certas ideologias contrárias àquela visão unificadora do ser humano enquanto totalidade de ser, corpo e alma, a caminho de um sentido definitivo. Interessa aclarar, no pensar do Papa João Paulo II, aquela natureza original de que a pessoa humana é constituída. Por isso, antes mesmo de avançar para a moralidade dos atos humanos em si,

⁵⁰ JOÃO PAULO II, *Teologia do corpo – o Amor Humano no Plano Divino*, Coord. Pe. Miguel Pereira, Alêtheia Editores, Lisboa, 2013; *Catequese* 129, 28 de novembro de 1984, 1: «As catequeses da primeira e da segunda parte servem-se repetidamente do termo ‘teologia do corpo’. Este, em certo sentido, é um termo ‘de trabalho’. A introdução do termo e do conceito de ‘teologia do corpo’ era necessária para fundar o tema: ‘A redenção do corpo e a sacramentalidade do matrimónio’ numa base mais ampla.»

⁵¹ *Ibidem*, 9: «A “Teologia do Corpo” é hoje em dia um corpo doutrinal muito concreto e consistente que tem na sua origem as catequeses de quarta-feira que o Papa João Paulo II proferiu desde 1979 até 1984. Há depois uma série de outros textos do magistério do Papa João Paulo II, como a *Familiaris Consortio* (1982), a *Mulieris Dignitatem* (1988), a Carta às famílias (1994), mas também é necessário incluir a Encíclica de Bento XVI *Deus Caritas est* (2005) como um texto fundamental para se perceber o valor e a dignidade que a Igreja confere ao amor, ao corpo, à sexualidade.»

João Paulo II pretendeu dar resposta ao *quem é* a pessoa humana, que *imagem* traz impressa em si, e qual o *sentido* desse estatuto ontológico⁵².

A primeira catequese deste ciclo foi proferida a 5 de setembro de 1979, menos de um ano depois de ter sido eleito Papa, e a última a 28 de novembro de 1984. Encontram-se divididas em duas partes fundamentais: «A primeira parte é dedicada à análise das palavras de Cristo, que são pertinentes para abrir o tema»⁵³, aqui encontramos analisados os textos evangélicos em que Cristo se refere ao ‘princípio’ no diálogo com os fariseus sobre a indissolubilidade do matrimónio (Mt 19, 8; Mc 10, 6-9); de seguida as palavras do Sermão da Montanha sobre a ‘concupiscência’ (Mt 5, 28); e, finalmente, as palavras dos evangelhos sinóticos em que Cristo faz referência à ressurreição dos corpos (Mt 22, 30; Mc 12, 25; Lc 20, 35). «A segunda parte dedicada à análise do sacramento a partir da carta aos Efésios (Ef 5, 22-23) que se refere ao ‘princípio’ bíblico do matrimónio expresso nas palavras do livro do Génesis: ‘...o homem deixará o seu pai e a sua mãe e se unirá à sua mulher e os dois serão uma só carne’ (Gn 2, 24)»⁵⁴

«Estas catequese que agora apresentamos e que constituem o início deste corpo doutrinal têm como objetivo aprofundar a conceção cristã do amor humano e em particular do amor matrimonial a partir da qual se poderá enquadrar a ética cristã. Para explicar o amor humano e o matrimónio é, porém, necessário começar por olhar para a pessoa humana, descobrir o significado profundo do facto de que cada um de nós é um corpo e mais do que um corpo, e perceber o sentido da diferença sexual e do chamamento original a viver o amor como dom de si para contruir uma comunhão de pessoas.

João Paulo II parte dos diálogos de Jesus com os seus contemporâneos para explicar o sentido profundo da vontade original do criador, tal como vem explicado nos relatos do livro do Génesis. Para se perceber o que Deus pensou quando criou o homem e a mulher precisamos de olhar para esses textos, lê-los dentro da tradição da Igreja e tentar percebê-los, não apenas como relatos de acontecimentos passados, mas como explicação do que é a pessoa de cada um de nós.»⁵⁵

⁵² *Ibidem*, 10: «É convicção profunda de João Paulo II que, antes de explicar a moral, antes de dizer o que devemos ou não devemos fazer, temos de entrar no mistério da pessoa humana criada à imagem e semelhança de Deus e desse modo perceber também o que é o amor, a família, a sexualidade, o corpo. Só então faz sentido e se percebe porque é fundamental a fidelidade no casamento, porque é importante que numa relação de amor o outro não seja tratado como uma coisa que se possui mas como alguém a quem eu me posso dar. E, por isso, também nessa altura se percebe o valor das relações sexuais, da importância destas serem capazes de espelhar o amor entre o homem e a mulher que se unem fisicamente, vislumbrar o mistério da origem de cada um de nós e perceber que Deus quis que cada um de nós fosse fruto do ato de união dos pais que se torna como que o sacramento da união das suas vidas no amor.»

⁵³ *Ibidem*, 12.

⁵⁴ *Ibidem*, 12-13.

⁵⁵ *Ibidem*, 9-10.

Para se entender a pessoa humana é necessário descobrir a beleza do plano original de Deus relativamente à sua criatura, e quais as implicações dessa vocação original redimida em Jesus Cristo. «A partir da Redenção abre-se, então, a porta para perceber a vocação do homem a viver a eternidade, também corporalmente, com Deus.»⁵⁶

É de especial importância compreender o foco da preocupação do Papa João Paulo II no que diz respeito ao acontecimento da encarnação, paixão, morte e ressurreição de Cristo e o seu significado para a antropologia que nos apresenta. Na verdade, e para se entender o plano original de Deus, é fundamental ler o acontecimento – Cristo à luz da antropologia bíblica e dos seus pressupostos. Para o Papa, assim como para a tradição judaico-cristã, o ser humano é pessoa realizada plenamente na corporeidade, em todas as dimensões do seu ser e estar na existência.

Não existem hiatos nem compartimentos que possibilitem separar aquilo que a pessoa humana é.⁵⁷ Cristo é, deste ponto de visto, o protótipo de Homem assumindo a natureza humana em todas as suas dimensões e transfigurando essa natureza decaída pela antiga desobediência, pelo pecado das origens.

Para compreendermos as catequeses sobre a teologia do corpo, bem como todo o pensamento de João Paulo II, é necessário partir do centro nevrálgico de todo o seu discurso antropológico: o redentor da humanidade, Jesus Cristo.⁵⁸

⁵⁶ *Ibidem*, 11. «O Papa quis, explicitamente, que a sua apresentação do amor no plano de Deus fosse compreendida como a explicação da redenção do corpo e da sacramentalidade do matrimónio (catequese do dia 28 de novembro de 1984). Como foi uma tónica recorrente, o Papa quis também com estas catequeses colocar-nos diante de Jesus Cristo, redentor do homem. A partir da Redenção abre-se, então, a porta para perceber a vocação do homem a viver a eternidade, também corporalmente, com Deus. Não só se recupera o plano e Deus deixa de ser um sonho para passar a ser um caminho possível, como ainda se abrem as portas do Céu. A ressurreição da carne e a vida eterna são compreendidas como a continuação da experiência do amor redimido que Jesus nos oferece desde já e que, no sacramento do matrimónio, se torna um acontecimento neste mundo, ainda que seja apenas uma antecâmara da comunhão com Deus no céu.»

⁵⁷ Fábio CARVALHO, *A teologia do corpo em J. L. Ruíz de la Peña*, Dissertação de Mestrado Integrado em Teologia sob a orientação da professora doutora Isabel Varanda, Braga, 2012, 78: «Ser pessoa é, antes mais, ser e estar constantemente em relação com, dentro da liberdade própria que tal condição acarreta. Sendo livre o Homem pode dispor da sua natureza relacionando-se com o outro, ‘companheiro de viagem’ no caminho da dignidade definitiva do ser ‘imagem de Deus’.»; *Catequese 9*, 14 de novembro de 1979, 3: «Se, vice-versa, quisermos retirar também do relato do texto javista o conceito de ‘imagem de Deus’, poderemos então deduzir que o homem se tornou ‘imagem e semelhança’ de Deus, não apenas mediante a própria humanidade, mas também mediante a comunhão de pessoas que o homem e a mulher formaram desde o princípio. A função da imagem é espelhar aquele que é o modelo, reproduzir o seu protótipo. O homem torna-se imagem de Deus, não tanto no momento da solidão, quanto no momento da comunhão. Desde ‘o princípio’ ele é não apenas uma imagem na qual a solidão de uma pessoa que governa o mundo é refletida, mas também – e essencialmente – a imagem de uma imperscrutável comunhão divina de Pessoas.»

⁵⁸ JOÃO PAULO II, *Redemptor hominis*, Carta Encíclica, 1979, 1: «O Redentor do homem, Jesus Cristo, é o centro do cosmos e da história. Para Ele se dirigem o meu pensamento e o meu coração nesta hora solene da história, que a Igreja e a inteira família da humanidade contemporânea estão a viver. Efetivamente, este tempo, no qual, depois do predileto Predecessor João Paulo I, por um seu misterioso

A carta encíclica que marca o início do pontificado de João Paulo II vem, em linhas gerais, apresentar todo um programa de governo que assume as preocupações humanas e as novas formas de entender a vida e os seus anseios, como tarefa urgente da Igreja. Perante um mundo secularizado e polarizado pela ótica do descartável, de uma economia selvática e até alienante, o Papa visa abrir caminhos que possibilitem ao homem e à mulher deste tempo compreender o mundo que os rodeia, e a si próprios, segundo a perspectiva de Jesus Cristo, o redentor do Homem.

É a lógica do amor aquela que preside à mensagem de esperança trazida pela antropologia de todo o seu pontificado. Contrariando a lógica do lucro, do descartável e até a lógica ‘revolucionária’ dos ‘novos príncipes’ e seus sequazes, o Papa vai mais longe e coloca no centro da história a pessoa humana e o seu redentor, a pessoa humana e a sua identidade inteiramente necessitada de redenção, de respostas e de sentido. O amor é, na perspectiva de João Paulo II, o único meio capaz de salvar a humanidade do desespero e do absurdo existências. É o amor oblato e autêntico, enquanto possibilidade real, aquele que poderá responder de sobremaneira ao *quem é* do Homem e em que *sentido* este caminha.⁵⁹

Podemos dizer que a antropologia teológica de João Paulo II é a antropologia do amor revelado, é o próprio ‘Verbo feito carne’ por amor, despojado de si mesmo e oblato que se entrega voluntariamente por todos e para todos. O seu corpo, a sua carne e o seu sangue, inaugura verdadeiramente um pacto novo e eterno com base na gratuidade, no amor, no amor divino feito amor humano.

A teologia do corpo nasce exatamente desta ‘descida’, do impulso quenótico do redentor, que eleva à categoria mais sublime aquilo que antes havia sido submerso em putrefação. O corpo humano é lugar de redenção, é objeto e meio de realização pessoal e

designio Deus me confiou o serviço universal ligado com a Cátedra de São Pedro em Roma, está muito próximo já do ano Dois Mil. É difícil dizer, neste momento, o que aquele ano virá a marcar no quadrante da história humana, e como é que ele virá a ser para cada um dos povos, nações, países e continentes, muito embora se tente, já desde agora, prever alguns eventos. Para a Igreja, para o Povo de Deus que se estendeu — se bem que de maneira desigual — até aos mais longínquos confins da terra, esse ano virá a ser o ano de um grande Jubileu. Estamos já, portanto, a aproximar-nos de tal data que — respeitando embora todas as correções devidas à exatidão cronológica — nos recordará e renovará em nós de uma maneira particular a consciência da verdade-chave da fé, expressa por São João nos inícios do seu Evangelho: ‘O Verbo fez-se carne e veio habitar entre nós’; e numa outra passagem ‘Deus, de facto, amou de tal modo o mundo, que lhe deu o Seu filho unigénito, para que todo o que nele crer não pereça, mas tenha a vida eterna.’»

⁵⁹ Carl ANDERSON, José GRANADOS, *Criados para o amor, Teologia do corpo de João Paulo II*, Lucerna, Cascais, 2014, 14-15: «João Paulo II atira-se apaixonadamente à eterna questão sobre o sentido da vida humana. O Papa persegue a resposta a esta grande questão seguindo o percurso existencial da experiência humana. Ele está convicto de que, se seguirmos esse caminho com o discernimento necessário, ele acabará por os conduzir ao objetivo das nossas vidas. Como diz na sua primeira encíclica: ‘O caminho do Homem é o caminho da Igreja’.»

de redenção plena em virtude da entrega do ‘novo Adão’ e da sua contrastante e desconcertante obediência. Daqui nasce e aqui se apoia toda a teologia do corpo de João Paulo II e a sua conceção antropológica do Homem.⁶⁰

O Papa, nas suas catequeses, pretendeu restabelecer a unidade devida entre a fé e a vida das pessoas, isto é, na perspetiva do seu pensamento filosófico personalista não é compatível uma postura que dissocie tais realidades. A fé e a vida humana não são apenas compatíveis, são, antes de tudo, a expressão de uma comunhão original ontológica querida pelo criador. Por este motivo ao colocar o amor humano no centro das catequeses sobre a teologia do corpo, mais do que repetir conceitos demasiado longínquos do itinerário conceptual dos ouvintes, o Papa pretendeu apresentar a possibilidade do amor como um caminho viável, ou como o caminho percorrível e dentro do qual é possível ao ser humano descobrir a sua vocação mais íntima.⁶¹ De facto, o plano divino para a humanidade passa pelo autêntico amor humano, que é fonte de autoconhecimento e promessa de vida.⁶²

⁶⁰ Christopher WEST, *Teologia do corpo para principiantes – uma introdução básica à revolução sexual do Papa João Paulo II*, Paulinas, Prior Velho, 2013, 15: «O catolicismo, se o leitor ainda não reparou, é uma religião muito carnal e sensual. A forma mais íntima de nos encontrarmos com Deus é através dos nossos sentidos corporais e das ‘coisas’ do mundo material: banhando o corpo com água (Batismo); unindo o corpo com óleo (Batismo, Confirmação, Ordem, Unção dos doentes); comendo e bebendo o Corpo e o Sangue de Cristo (Eucaristia); impondo as mãos (Ordem, Unção dos doentes); confessando com os lábios (Penitência); e unindo indissolúvelmente o homem e a mulher ‘numa só carne’ (Matrimónio).»

⁶¹ Carl ANDERSON, José GRANADOS, *Criados para o amor, Teologia do corpo de João Paulo II*, Lucerna, Cascais, 2014, 22: «A experiência do amor é o fundamento da perspetiva que João Paulo II tem do Homem, a chave que lhe permite abordar a questão humana a partir de dentro e a levar a sério as preocupações e os problemas do Homem. Ao mesmo tempo, a ênfase que João Paulo II dá ao amor evita o isolamento e o subjetivismo para que frequentemente conduz a nossa moderna definição de experiência. Se o amor é o cerne da experiência, esta não pode ser o assunto meramente individual e privado que hoje tendemos a imaginar. O amor ressoa no fundo da nossa alma, mas também nos leva para fora de nós mesmos e introduz-nos numa plenitude de vida maior do que os nossos ‘eus’. O cerne da experiência é, portanto, o espanto despertado pela revelação do amor. O amor abre as próprias raízes da pessoa humana para o encontro com o outro, para a transcendência e para a novidade da vida.»

⁶² JOÃO PAULO II, *Teologia do corpo – o Amor Humano no Plano Divino*, Coord. Pe. Miguel Pereira, Alêtheia Editores, Lisboa, 2013, 5: «Tempos houve em que a teologia se aplicava à alma, à realidade espiritual em si mesma, fosse de Deus, dos anjos ou dos homens. Mais herdeiros dos gregos do que dos judeus neste ponto, (re)sentíamos o corpo como contraponto, oposição e cárcere. Viver bem seria libertar a alma, ou, pelo menos, controlar o corpo, a carne e os seus apetites.

Para ter durado tanto tempo, tal conceção devia transportar alguma verdade, como realmente acontecia: entre aspirações sublimes e apegos egoístas, não faltavam, vida fora, contradições e tragédias. (...) Mas a solução de Paulo – a solução cristã – não é desprezar o corpo, a nossa dimensão material e comunicativa, mas antes salvá-la, por ação do Espírito d’Aquele que verdadeiramente encarnou e verdadeiramente ressuscitou. (...) Assumindo a nossa corporeidade, com tudo o que isso lhe custou, do presépio à cruz, Cristo espiritualizou-a também: ‘Não sabeis que o vosso corpo é templo do Espírito Santo, que habita em vós, porque o recebestes de Deus, e que vós já não vos pertenceis? Fostes comprados por um alto preço! Glorificai, pois, a Deus no vosso corpo’ (1 Co 6, 19-20).

Infelizmente, grande parte da modernidade contrapôs materialismo a espiritualismo, fazendo daquele a única dimensão e dos seus impulsos uma contra moral. Ao pretendido controlo do corpo pela alma, sucederia a redução da alma à apetência, imediata e sem mais. Sobrou a tarefa, que alguém enunciou assim:

Na exortação apostólica *Familiaris Consortio*, o Papa João Paulo II deixa clara a sua visão do Homem e da desenvoltura ontológica da pessoa enquanto ser relacional, amorosamente relativa e capacitada corporeamente para esse amor humano, sinal e imagem do amor divino.

«Deus criou o homem à sua imagem e semelhança. Chamando-o à existência *por amor*, chamou-o ao mesmo tempo *ao amor*.

Deus é amor e vive em si mesmo um mistério de comunhão pessoal de amor. Ao criar a humanidade do homem e da mulher à sua imagem e conservando-a continuamente no ser, Deus inscreveu nela a vocação ao amor e, portanto, a capacidade e a responsabilidade correspondentes. [...] Porque o homem é um espírito encarnado, isto é, uma alma que se exprime no corpo e um corpo informado por um espírito imortal, o homem é chamado ao amor na sua totalidade unificada. O amor abraça também o corpo humano e o corpo torna-se participante do amor espiritual. [...] Por consequência, a sexualidade, mediante a qual o homem e a mulher se dão um ao outro com os atos próprios e exclusivos dos esposos, não é alo de puramente biológico, mas diz respeito à pessoa humana como tal no que ela tem de mais íntimo. [...] A doação física total seria falsa se não fosse sinal e fruto da doação pessoal total, na qual toda a pessoa, mesmo na sua dimensão temporal, está presente.»⁶³

Desta citação da exortação apostólica retiramos, em jeito de resumo do pensamento de João Paulo II, aquela que é, como já o dissemos antes, a antropologia do amor revelado. O ser humano, assumindo a sua condição de imagem de Deus, é lançado para um patamar ontologicamente elevado à categoria de corresponsável no plano divino. Tal corresponsabilidade manifesta-se inequivocamente na sua condição de ser corporal no tempo e na história. *Por amor* chamado à existência, é também enviado a existir *para* o amor, concretizando, assim, na própria estrutura pessoal, aquela imagem original de comunhão interpessoal. O corpo é ‘lugar’, o único lugar, capaz dessa realização existencial, por meio do qual homem e mulher se doam e se abrem à vida dentro do matrimónio.

‘Durante muito tempo falámos das almas; mais recentemente falámos das coisas. Importa-nos agora a alma das coisas’.

Mas havia outra solução para a teologia do corpo. Precisamente a que o Papa Wojtyła desenvolveu, antes e depois da eleição pontifícia, elaborando-a a partir da categoria da relação. Da relação que Deus é, no Pai e no Filho que se amam no Espírito; na relação que nós somos, como imagem e semelhança de Deus, e corporalmente concretizamos, sendo o corpo o sinal dessa mesma relação.»

⁶³ JOÃO PAULO II, *Familiaris Consortio*, Exortação apostólica, 1981, 11.

Diretamente associada à teologia do corpo está a instituição matrimonial que, segundo as palavras do Papa, é o «‘lugar’ único, que torna possível esta doação segundo toda a verdade». ⁶⁴ O matrimónio consiste, deste modo, no «pacto de amor conjugal ou escolha consciente e livre, pela qual o homem e a mulher aceitam a comunidade íntima de vida e de amor, querida pelo próprio Deus, que só a esta luz manifesta o seu verdadeiro significado.» ⁶⁵

Em jeito de síntese deste primeiro momento, apontamos algumas expressões chave para leitura da antropologia que o Papa propõe ao longo das catequeses sobre a teologia do corpo. A primeira dessas expressões é a de ‘antropologia adequada’, isto é, a de uma visão integral do ser humano, sem compartimentos ou espartilhamentos de ser. A pessoa realiza-se enquanto tal, integralmente, na sua corporeidade, composto de corpo e alma. A segunda das expressões que interessa recuperar dos ensinamentos de João Paulo II é a de ‘evangelho do corpo’. O corpo humano é todo ele uma mensagem, traz um código inscrito no qual pode ser entendida a vocação humana ao amor, à doação, a ir ao encontro do outro na diferença sexual, bem como na capacidade de gerar vida. Finalmente destacamos a questão da ‘pedagogia do corpo’. O corpo, na linguagem do Papa, tem algo a dizer sobre quem é o ser humano e para onde este se destina. O corpo ensina a forma de viver tendo em conta os dinamismos que, naturalmente, nele estão inseridos. O corpo ensina que o ser humano é criado para a doação, à imagem da comunhão divina, o Homem tem inscrita esta grande vocação, a vocação ao amor. ⁶⁶

⁶⁴ *Ibidem.*

⁶⁵ *Ibidem.*

⁶⁶ PAULO VI, *Humanae Vitae*, Carta Encíclica, 1968, 7: «O problema da natalidade, como de resto qualquer outro problema que diga respeito à vida humana, deve ser considerado numa perspectiva que transcenda as vistas parciais - sejam elas de ordem biológica, psicológica, demográfica ou sociológica - à luz da visão integral do homem e da sua vocação, não só natural e terrena, mas também sobrenatural e eterna. [...] O amor conjugal exprime a sua verdadeira natureza e nobreza, quando se considera na sua fonte suprema, Deus que é Amor, ‘o Pai, do qual toda a paternidade nos céus e na terra recebe o nome’. O matrimónio não é, portanto, fruto do acaso, ou produto de forças naturais inconscientes: é uma instituição sábia do Criador, para realizar na humanidade o seu desígnio de amor. Mediante a doação pessoal recíproca, que lhes é própria e exclusiva, os esposos tendem para a comunhão dos seus seres, em vista de um aperfeiçoamento mútuo pessoal, para colaborarem com Deus na geração e educação de novas vidas. Depois, para os batizados, o matrimónio reveste a dignidade de sinal sacramental da graça, enquanto representa a união de Cristo com a Igreja.»

2. Teologia do corpo e ideologia de género – duas revoluções antropológicas

Ao encerrar o ano de 2013, a Conferência Episcopal Portuguesa, tendo em conta o contexto legal e ideológico do nosso país, determinou-se a escrever uma Carta Pastoral sobre a ideologia de género e as suas implicações ao nível da visão do Homem e, conseqüentemente, dos seus comportamentos sociais. Então, diziam os bispos portugueses: «Difunde-se cada vez mais a chamada ideologia do género ou *gender*. Porém, nem todas as pessoas se apercebem e muitos desconhecem o seu alcance social e cultural, que já foi qualificado como verdadeira revolução antropológica.»⁶⁷

De facto, se, por um lado, a teologia do corpo do Papa João Paulo II representa uma verdadeira revolução antropológica na medida em que visa restaurar aquela imagem primordial do ser humano, espírito encarnado, e elevá-la ao seu estatuto ‘adequado’ de pessoa humana, revestida de dignidade e sentido. Por outro lado, a ideologia de género surge como uma ‘revolução antropológica’ que, na sua base, tem um objetivo semelhante ao desta última, embora parta de pressupostos distintos e, em certo sentido, irreconciliáveis com aquela que é a visão cristã da pessoa humana e do seu sentido existencial.

Teologia do corpo e ideologia de género têm no centro do seu discurso o ser humano. Este é, na verdade, o único ponto em comum. A partir daqui as dissemelhanças são profundas e irreconciliáveis, é necessário reconhecê-lo⁶⁸. Embora o ‘lugar comum’ a estas duas visões do ser humano seja o próprio Homem, rapidamente nos apercebemos dos desvios profundos da ideologia do género em relação à mundividência cristã, bem como no respeitante à conceção da pessoa humana enquanto *ser*. Não têm sido poucos os alertas para esta realidade discursiva e cultural que tende a alargar-se no vocabulário comum da nossa sociedade, sem que nos dêmos conta de tal significado conceptual e, mais ainda, antropológico. O Papa Bento XVI, já no final do seu pontificado, alertava

⁶⁷ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral a propósito da *Ideologia do género*, CEP, 2013.

⁶⁸ *Ibidem*, [A ideologia de género] «diz respeito antes a um movimento cultural com reflexos na compreensão da família, na esfera política e legislativa, no ensino, na comunicação social e na própria linguagem corrente. [...] Opõe-se radicalmente à visão bíblica e cristã da pessoa e da sexualidade humanas. [...] Move-nos o desejo de apresentar a visão mais sólida e mais fundante da pessoa, milenarmente descoberta, valorizada e seguida, e para a qual o humanismo cristão muito contribuiu. Acreditamos que este mesmo humanismo, atualmente, é chamado a dar contributo válido na redescoberta da profundidade e beleza de uma sexualidade humana corretamente entendida.

Trata-se da defesa de um modelo de sexualidade e de família que a sabedoria e a história, não obstante as mutações culturais, nos diferentes contextos sociais e geográficos, consideram apto para exprimir a natureza humana.»

exatamente para as implicações desta conceção antropológica baseada em conceitos puramente ideológicos. No seu discurso à Cúria Romana na apresentação de votos natalícios, a 21 de dezembro de 2012, o Papa dizia:

«Num tratado cuidadosamente documentado e profundamente comovente, o rabino-chefe de França, Gilles Bernheim, mostrou que o ataque à forma autêntica da família (constituída por pai, mãe e filho), ao qual nos encontramos hoje expostos – um verdadeiro atentado –, atinge uma dimensão ainda mais profunda. Se antes tínhamos visto como causa da crise da família um mal-entendido acerca da essência da liberdade humana, agora torna-se claro que aqui está em jogo a visão do próprio ser, do que significa realmente ser homem. Ele cita o célebre aforismo de Simone de Beauvoir: ‘Não se nasce mulher; fazem-na mulher – *On ne naît pas femme, on le devient*’. Nestas palavras, manifesta-se o fundamento daquilo que hoje, sob o vocábulo ‘gender – género’, é apresentado como nova filosofia da sexualidade. De acordo com tal filosofia, o sexo já não é um dado originário da natureza que o homem deve aceitar e preencher pessoalmente de significado, mas uma função social que cada qual decide autonomamente, enquanto até agora era a sociedade quem a decidia. Salta aos olhos a profunda falsidade desta teoria e da revolução antropológica que lhe está subjacente. O homem contesta o facto de possuir uma natureza pré-constituída pela sua corporeidade, que caracteriza o ser humano. Nega a sua própria natureza, decidindo que esta não lhe é dada como um facto pré-constituído, mas é ele próprio quem a cria.»⁶⁹

Existe uma verdadeira contestação à natureza corpórea de que o Homem é constituído biologicamente, opondo-se, desta forma, os dados naturais à cultura e às suas construções e à assunção de papéis culturais.⁷⁰

Para a teologia do corpo, o ser humano é, antes de tudo, um espírito encarnado. Não está excluída a dimensão cultural tipicamente humana, nem é esse o foco de preocupação para a teologia. No discurso teológico, mais especificamente para a teologia do corpo, antes de tudo, importa partir da natural condição humana para a obtenção de uma coerente construção cultural que ela de *per si* exige. Desta forma não se entende a pessoa a partir de um pressuposto dualista ou monista, mas a partir daquela que é sua identidade mais profunda e completa: «A corporalidade é uma dimensão constitutiva da

⁶⁹ BENTO XVI, *Discurso à Cúria Romana na apresentação de votos natalícios*, 21 de dezembro de 2012.

⁷⁰ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral a propósito da *Ideologia do género*, CEP, 2013, 3: «Esta teoria parte da distinção entre *sexo* e *género*, forçando a oposição entre *natureza* e *cultura*. O *sexo* assinala a condição natural e biológica da diferença física entre homem e mulher. O *género* baliza a construção histórico-cultural da identidade masculina e feminina.»

pessoa, não um seu acessório; a pessoa é um corpo, não tem um corpo; a dignidade do corpo humano é o corolário da dignidade da pessoa humana; a comunhão dos corpos deve exprimir a comunhão das pessoas.»⁷¹

No atual contexto de revolução sexual e de ‘uniformização dogmática’ relativamente ao *gender* e às suas implicações parece quase impossível contrapor com uma outra visão do ser humano que seja aceitável ao nível das aspirações sublimes de ideias como a de uma certa ‘igualdade’ de direitos e *género*. É, à primeira vista, a opção mais correta e respeitadora da liberdade dos indivíduos e das suas opções individualistas.

Ao reduzirmos o ser humano a um simples ‘turbilhão’ de realizações solipsistas e às suas escolhas mais ou menos acertadas, estamos a dizer-lhe que não é mais do que um mero ou mísero ser à mercê de impulsos que, tarde ou cedo, o reduzirão à categoria ontológica de animal racional ou simples vegetal. É interessante verificarmos o enorme alcance da ideologia de género no que diz respeito à formação da consciência humana.

Consideramos que a ideologia do género descortina, antes de tudo, uma ilusão aclarada pelos argumentos da liberdade e da felicidade. No fundo a ideologia de género tem uma base pretensamente boa, isto é, pretende conduzir a um resultado teórico e prático que seja satisfatório, que proporcione sentimentos positivos e promova o respeito pelas diferenças inevitáveis entre os homens e mulheres. Contudo, é necessário dizê-lo, parte de um pressuposto errado: olha para o ser humano com ‘vistas curtas’, limita-o a uma autoconstrução sem bases, sem referências e sem sentido como, aliás, o proclamaram os famosos ‘mestres da suspeita’⁷² e nos quais assentam algumas das bases filosóficas da ideologia de género.

Existe uma imagem da *mitologia antiga* que acreditamos ser bem expressiva daquilo que é o ser humano na conceção antropológica da ideologia de género. A imagem do mito grego de *Narciso*⁷³ alude àquele jovem belo, apreciado por todos em seu redor,

⁷¹ *Ibidem*, 1. «Antes de mais, gostaríamos de deixar bem claro que, para o humanismo cristão, não há lugar para dualismos: o desprezo do corpo em nome do espírito ou vice-versa. O corpo sexuado, como todas as criaturas do nosso Deus, é produto bom de um Deus bom e amoroso. Uma segunda verdade a considerar na visão cristã da sexualidade é a da pessoa humana como espírito encarnado e, por isso, sexuado: a diferenciação sexual correspondente ao desígnio divino sobre a criação, em toda a sua beleza e plenitude: ‘Ele os criou homem e mulher’ (Gn 1, 27); ‘Deus, vendo toda a sua obra, considerou-a muito boa’ (Gn 1, 31).»; Fábio CARVALHO, *A teologia do corpo em J. L. Ruíz de la Peña*, Dissertação de Mestrado Integrado em Teologia sob a orientação da professora doutora Isabel Varanda, Braga, 2012, 63: «O corpo é ‘palavra’ que comunica o Homem. O ser humano diz-se a si mesmo através do seu corpo, tornando-se este ‘mediação de todo o encontro, o sacramento ou símbolo da realidade pessoal’.»

⁷² Paul RICOEUR, *Le conflit des interprétations*, Seuil, Paris, 1969.

⁷³ Marília P. Futre PINHEIRO, *Mitos e lendas da Grécia Antiga*, Clássica Editora, Lisboa, 2011, 443: «Narciso - jovem belo, filho do rio Cefiso e da ninfa Liríope. Apaixonou-se pela própria imagem que viu refletida na água; morreu, consumido de desgosto, e do seu sangue nasceu uma flor com o mesmo nome.»

que, por ironia do destino e castigo dos deuses, se encontra consigo mesmo refletido na água do rio. Ao ver-se espelhado naquela água, apaixonou-se por si próprio e morreu fechado em si. Na verdade o mito grego representa um certo narcisismo revitalizado por esta ideologia vigente. O ser humano é referência única para si mesmo, cada um para si, e não consegue ir ao encontro da alteridade. Fecha-se à dimensão do encontro, fecha-se, em última instância, à dimensão do ser pessoa, para se abrir [ou encerrar] ao egocentrismo e à construção isolada de mundos alternativos e sem outros referenciais absolutos que não sejam os seus próprios horizontes construídos à sua medida. Longe de alcançar os objetivos a que se propõe, a ideologia de género destina o ser humano ao isolamento de si, em si e para si. Isto aplica-se de sobremaneira ao modo como é entendido o amor humano e a sexualidade humana em sentido amplo.⁷⁴

A ideologia de género apresenta-se «como uma antropologia alternativa, quer à judaico-cristã, quer à das culturas tradicionais não ocidentais.»⁷⁵ A alternativa defendida por esta ideologia assenta num conjunto de pressupostos que passamos a expor em jeito de síntese.

O primeiro e mais expressivo dos pressupostos é a distinção feita entre sexo e género. Nesta distinção acontece a separação definitiva entre natureza e cultura, entre aquilo que são os dados biológicos e a assunção de papéis culturais mais ou menos aceites. Ser homem ou ser mulher é, nesta perspetiva, um processo de interiorização de papéis oferecidos pelo meio cultural. Assim é necessário assumir a linguagem de género para evitar discriminações e injustiças.⁷⁶

O segundo pressuposto desta ideologia é o de que sendo o género uma construção social pode ser desconstruído e reconstruído. Trata-se de superar a opressão que o sexo promove, isto é, «se a diferença sexual entre homem e mulher está na base da opressão

⁷⁴ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral a propósito da *Ideologia do género*, CEP, 2013, 2: «No desejo de ultrapassar esta menoridade social da mulher, alguns procederam a uma distinção radical entre o sexo biológico e os papéis que a sociedade, tradicionalmente, lhe outorgou. Afirmam que o ser masculino ou feminino não passa de uma construção mental, mais ou menos interessada e artificial, que, agora, importaria desconstruir. Por conseguinte, rejeitam tudo o que tenha a ver com os dados biológicos para se fixarem na dimensão cultural, entendida como mentalidade pessoal e social. E, por associação de ideias, passou-se a rejeitar a validade de tudo o que tenha a ver com os tradicionais dados normativos da natureza a respeito da sexualidade (heterossexualidade, união monogâmica, limite ético aos conhecimentos técnicos ligados às fontes da vida, respeito pela vida intrauterina, pudor ou reserva da intimidade, etc.). É todo este âmbito mental que se costuma designar por ideologia do género ou *gender*.»

⁷⁵ *Ibidem*.

⁷⁶ *Ibidem*, 3: «[...] a ideologia do género considera que somos homens ou mulheres não na base da dimensão biológica em que nascemos, mas nos tornamos tais de acordo com o processo de socialização (da interiorização dos comportamentos, funções e papéis que a sociedade e a cultura nos distribui). Papéis que, para estas teorias, são injustos e artificiais. Por conseguinte, o *género* deve sobrepor-se ao sexo e a *cultura* deve impor-se à *natureza*.»

desta, então qualquer forma de definição de uma especificidade feminina é opressora para a mulher.»⁷⁷ Nesta lógica, e como tantas vezes pode ser comprovado em diversos meios de comunicação social, o próprio conceito de maternidade é visto com desconfiança uma vez que é promotor de discriminação em relação à mulher.

O conceito de *gender* sustenta ainda a «irrelevância da diferenciação sexual na construção da identidade e, por consequência, também a irrelevância dessa diferença nas relações interpessoais, nas uniões conjugais e na constituição da família. [...] Daqui a equiparação entre uniões heterossexuais e homossexuais.»⁷⁸

Finalmente parece oportuno salientar um outro pressuposto que tem a sua base numa conceção difusa dos conceitos de paternidade e maternidade. Uma vez que tais conceitos apontam para a diferenciação sexual naturalmente estabelecida, é necessário, na ótica do *gender*, alterá-los para o conceito de '*parentalidade*'. Desta forma exclui-se qualquer tipo de conotação 'opressora' ou pré-estabelecida e apresenta-se de um modo abstrato um conceito desligado da geração biológica.

Podemos afirmar que a ideologia de género traz consigo profundas e preocupantes alterações à forma como entendemos o ser humano e o seu lugar no universo. Ela promove uma leitura antropológica que, longe de corresponder à verdade sobre a pessoa humana e a sua vocação original do ponto de vista cristão, a conduz ao isolamento em si e à autodestruição da ecologia humana.⁷⁹

⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁸ *Ibidem*, «Ao modelo de família heterossexual sucedem-se vários tipos de família, tantos quantas as preferências individuais, para além de qualquer modelo de referência. Deixa de se falar em *família* e passa a falar-se em *famílias*. Privilegiar a união heterossexual afigura-se-lhe uma forma de discriminação.»

⁷⁹ *Ibidem*, 5: «Importa aprofundar o alcance antropológico da ideologia do género, pois ela representa uma autêntica revolução antropológica. Reflete um subjetivismo relativista levado ao extremo, negando o significado da realidade objetiva. Nega a verdade como algo que não pode ser construído, mas nos é dado e por nós descoberto e recebido. Recusa a moral como uma ordem objetiva de que não podemos dispor. Rejeita o significado corpo: a pessoa não seria uma unidade incindível, espiritual e corpórea, mas um espírito eu tem um corpo a ela extrínseco, disponível e manipulável. Contradiz a natureza como dado a acolher e respeitar. Contraria uma certa forma de ecologia humana, chocante numa época em que tanto se exalta a necessidade de respeito pela harmonia pré-estabelecida subjacente ao equilíbrio ecológico ambiental. Dissocia a procriação da união entre um homem e uma mulher e, portanto, da relacionalidade pessoal, em que o filho é acolhido como *dom*, tornando-a objeto de um direito de afirmação individual: o 'direito' à *parentalidade*.

No plano estritamente científico, obviamente, é ilusória a pretensão de prescindir dos dados biológicos da identificação das diferenças entre homens e mulheres. Estas diferenças partem da estrutura genética das células do corpo humano, pelo que nem sequer a intervenção cirúrgica nos órgãos sexuais externos permitiria uma verdadeira mudança de sexo.

É certo que a pessoa humana não é só natureza, mas é também cultura. E também é ceto que a lei natural não se confunde com a lei biológica. Mas os dados biológicos objetivos contêm um sentido e apontam para um desígnio da criação que a inteligência pode descobrir como algo que a antecede e se lhe impõe e não como algo que se pode manipular arbitrariamente. A pessoa humana é um espírito encarnado numa unidade bio-psico-social. Não é só corpo, mas é também corpo. As dimensões corporal e espiritual devem

Contrariamente ao que foi dito até este momento relativamente à ideologia do *gender*, num posicionamento oposto, está a teologia do corpo apresentada pelo Papa João Paulo II. Se a primeira é considerada uma autêntica revolução antropológica, embora com pressupostos bastante clássicos no que concerne à visão de Homem – ver a analogia com o *mito de Narciso* – a segunda, isto é, a teologia do corpo, consiste também numa verdadeira revolução antropológica na medida em que propõe uma nova, embora também clássica, visão do ser humano, em cujo centro está o próprio Homem com todas as suas faculdades e possibilidades inerentes ao seu estatuto ontológico.

João Paulo II, no intuito de corresponder à necessidade de uma ‘antropologia adequada’⁸⁰, que não estivesse aprisionada às ‘vistas curtas’ de determinados grupos ideológicos, propõe-se encetar um caminho de recuperação daquela *imagem* bíblica e na qual se afigura uma vocação ontologicamente superior na medida em que é o *amor* quem está na origem e, conseqüentemente, na meta dessa vocação. Na antropologia do Papa, o ser humano só é inteligível, compreensível como tal, na medida em que for lido na perspectiva do *dom*. Assim, e melhor do que ninguém, João Paulo II elabora ‘uma’ extensa catequese que abarca a história da salvação desde Adão e Eva até ao evento de Cristo feito Homem em favor de uma humanidade perdida de sentido, e recupera, através de uma hermenêutica personalista, a verdade acerca da pessoa humana.

Nesta longa catequese, e quando assim o dizemos, referimo-nos ao conjunto das 129 catequese proferidas durante vários anos, bem como a outros textos do magistério de João Paulo II, antevemos uma espécie de ‘bomba relógio’ antropológica e teológica. Esta expressão [bomba relógio teológica] é da autoria de um biógrafo de João Paulo II, George Weigel⁸¹. Pode considerar-se a proposta do Papa uma verdadeira ‘bomba relógio’ na medida em que traz consigo este impulso de redescoberta do significado original do ser humano, bem como o significado mais autêntico e aceitável da sexualidade humana no contexto da valorização do ‘corpo’ como é o do nosso contexto cultural.

harmonizar-se, sem oposição. Do mesmo modo, também as dimensões natural e cultural. A cultura vai para além da natureza, mas não se lhe deve opor, como se dela tivesse que se libertar.»

⁸⁰ JOÃO PAULO II, *Teologia do corpo – O Amor Humano no Plano Divino*, Coord. Pe. Miguel Pereira, Alêtheia Editores, Lisboa, 2013, 23: «Uma antropologia adequada - O objetivo da tentativa do Papa e, antes de mais, antropológico; com efeito, parece-lhe urgente oferecer ao mundo uma perspectiva do amor humano e da vida que não seja a caricatura proposta por uma cultura hedonista, mas que exprima e revele a realidade de um Amor maior. Uma tal antropologia foi muitas vezes apresentada por João Paulo II por meio de diversas expressões, consoante centrava a sua atenção no mistério divino (*consilium Dei*, *veritas matrimonii ac familiae*) ou no agir dos esposos (*ethos do dom*, *linguagem do corpo*).»

⁸¹ George WEIGEL, *Witness to Hope. The Biography of Pope John Paul II*, Cliff Street Books, New York, 1999.

É verdade que nas catequeses do Papa João Paulo II, o corpo, que outrora havia sido relegado para um plano secundário em detrimento da alma humana, é elevado à estatura de ‘lugar teológico’, espaço de manifestação daquela originalidade *icónica* inscrita em si desde o princípio. Em consequência disto não poderemos esperar das catequeses sobre a teologia do corpo uma espécie de *placet* à cultura dos *beautiful bodies*, muito embora esta possua um espaço de verdade sobre o bem que devemos estabelecer em relação ao corpo. As catequeses do Papa superam tal visão que, sem lugar para dúvidas, diminui drasticamente o significado do corpo, reduzindo-o a objeto de prazer, de cuidados cosméticos e espaço de busca frustrante da eterna juventude.

Afastando-se em absoluto desta perspetiva, o Papa vai mais longe e apresenta o corpo com um significado sponsal, como imagem límpida do amor de Deus que cria e redime a humanidade por meio da oferta oblativa, apaixonada e desinteressada do próprio Filho. O corpo, segundo João Paulo II, é imagem perfeita do dom que o ser humano representa, na medida em que se reconhece devedor por tal dádiva recebida, e, mais ainda, por meio do corpo é chamado a ser dom para o outro, a entregar-se ao outro como afirmação de sentido existencial e vital. O corpo, a pessoa inteira e sem recortes é, contrariamente à tese da ideologia de género, um dom e um convite à abertura para com a alteridade, é, em suma, um sacramento da manifestação pessoal.⁸²

Se na base da ideologia do género encontramos diversos pressupostos que nos permitem entender o seu alcance e os seus mais precisos objetivos no respeitante à conceção do ser humano, também na teologia do corpo do Papa João Paulo II existe um conjunto de pressupostos que nos propomos aclarar de seguida. Para isso socorrer-nos de uma obra já citada neste trabalho e que nos parece bastante elucidativa na apresentação que faz desses mesmos pressupostos. ‘*Criados para o amor – Teologia do Corpo de João Paulo II*’, de Carl Anderson e José Granados⁸³.

No terceiro capítulo do livro referido, e por ordem de valor, os autores oferecem-nos uma espécie de resposta construtiva da teologia do corpo, descrevendo-a e

⁸² JOÃO PAULO II, *Teologia do corpo – o Amor Humano no Plano Divino*, Coord. Pe. Miguel Pereira, Alêtheia Editores, Lisboa, 2013; *Catequese* 45, 22 de outubro de 1980, 2: «O corpo, na sua masculinidade e feminilidade, é ‘desde o princípio’, chamado a tornar-se manifestação do espírito. Isso também é realizado através da união conjugal do homem e da mulher, quando se unem de modo a formarem ‘uma só carne’. Noutra passagem, Cristo defende os direitos invioláveis desta unidade, mediante a qual o corpo, na sua masculinidade e feminilidade, assume o valor de sinal – em certo sentido – sacramental.»

⁸³ Carl ANDERSON, José GRANADOS, *Criados para o amor, Teologia do corpo de João Paulo II*, Lucerna, Cascais, 2014.

inscrevendo-a numa lógica intimamente ligada à concepção de homem e mulher proveniente das catequeses papais e, mais ainda, da *imagem* antropológica bíblica.

Desta forma, e tendo isto em conta, torna-se relativamente simples entender o pressuposto base da teologia do corpo: o ser humano existe enquanto *imagem* de uma criação que tem o seu início no Deus criador e revelado por meio de uma *aliança* de amor e encontro, e caminha para uma meta definitiva de amor e encontro por meio de uma *nova aliança* firmada sob o selo da cruz do novo Homem, Jesus Cristo. Dentro dos limites da criação, da revelação e redenção bíblicas, encontra-se o ser humano num caminho de busca e maturação do seu próprio destino enquanto ser responsável porque *imagem* de uma vocação específica e distintamente elevada. Afirmar isto não é o mesmo que classificar a humanidade como esse grupo de seres arrogante e falsamente superiores aos demais membros da casa comum, o *cosmos*. É dizer, segundo a perspectiva bíblica, que no ser humano foi depositada aquela semente de corresponsabilidade ecológica que frutificará na medida em que este souber responder coerentemente com o seu estatuto de guardador e cuidador do ‘jardim’ a si confiado. Olhar a pessoa humana e o seu lugar no centro da criação é condição *sinequanon* para compreendermos corretamente a teologia do corpo e a ecologia humana a que tão bela e insistentemente o Papa João Paulo II apelou.

Assim, e superando os limites da suspeita referentes aos abusos cometidos pela humanidade ao longo da história, o primeiro dos pressupostos da teologia do corpo é o reconhecimento de *si* enquanto *dom*. A humanidade surge como *dom* de um *dador*, não surge do nada e muito menos caminha para o nada.⁸⁴ É no reconhecimento desse *dom* que reside o primeiro pressuposto da teologia do corpo, sem tal reconhecimento é impossível perceber a estrada a percorrer no acesso ao *quem* do Homem.⁸⁵ Neste prisma, o ser

⁸⁴ *Ibidem*, 68: «Esta regra geral nunca foi tão verdadeira como no caso do encontro de Adão e Eva, que introduz os dois num novo mundo de admiração no qual ambos, de mãos dadas, continuam a sua jornada em direção à Origem. Ao explorar esta nova fase da busca de Adão, João Paulo II desenvolve aquilo a que chama ‘hermenêutica do dom’, uma interpretação da nossa experiência da realidade à luz do *dom* que essa mesma realidade é. Mas o que queremos dizer com ‘dom’? O que nos diz a ideia de *dom* sobre a nossa relação com o Absoluto?»

⁸⁵ *Ibidem*, 68-69: «O verdadeiro espanto surge em resposta a um *dom*. Um ato de generosidade que não podíamos ter engendrado e que não podemos retribuir é o suficiente para acordar o espanto nos nossos corações. Porque se pudéssemos engendr-lo ou retribuí-lo, se ele tivesse realmente origem em nós, seria um reflexo do que já somos ou temos. Pela mesma lógica, faltar-lhe-ia o elemento de surpresa que é necessário para inspirar em nós o assombro [...] Quando analisou as criaturas não humanas que povoavam o mundo em seu redor, era admissível que Adão imaginasse que a sua dignidade única lhe dava capacidade para avaliar todo o valor de cada uma delas. Mas, quando se encontra diante da mulher, essa impressão desaparece imediatamente. Adão é então tomado pelo espanto perante uma pessoa, um semelhante, que, tal como ele, só pode ser avaliado pelo Absoluto. No encontro com Eva, Adão transpõe um novo limiar do espanto. Ao espanto foi dado um nome.

humano é dom porque fruto de um dador e é, ao mesmo tempo, dom para si próprio na medida em que se abre ao espanto da relação com um semelhante a si, apesar de necessariamente distinto.

Em suma, um dom é sempre fruto do amor gratuito que se oferece e não pretende outra retribuição que não seja a da relação criada na dinâmica oblativa e corresponsável.

«Um dom só pode ser feito de graça. A razão pela qual o dom tem de ser grátis não é a circunstância de ser ‘barato’. A questão é que o dom tem um tipo de valor que, estritamente falando, não pode ser retribuído. E porquê? Porque um dom expressa o valor único da pessoa que o dá. O que o dador pretende do recetor não é um pagamento, mas uma resposta pessoal. É por isso que o acolhimento do dom gera uma relação que enriquece ambos de uma só vez. ‘O amor’, diz Santo Inácio de Loyola nos seus Exercícios Espirituais, ‘consiste numa partilha mútua de bens; por exemplo, o amante dá ao amado e partilha com o amado o que tem...E vice-versa, o amado partilha com o amante’. São João da Cruz resume este poder criativo do dom quando escreve que ‘onde não há amor, ponha amor e receberá amor’.»⁸⁶

No seguimento da lógica de descoberta e encontro entre estes dois *partners*, Adão e Eva, é-nos oferecida a chave de leitura para continuarmos o caminho rumo ao encontro inevitável com uma questão fundante desde as origens e que viria a assumir ‘corpo’ na antropologia teológica do Papa João Paulo II. A questão em causa é a da origem dos ‘dons’, Adão e Eva simultaneamente. Adão vê na mulher não um objeto ou mais um ser ao qual deverá atribuir um nome, mas reconhece nela um valor de tal modo incomparável aos demais seres que é incapaz de a ‘nomear’. Ela é uma parte de si próprio e ele sente exatamente o mesmo em relação à mulher. Reconhecem-se dom um *do* outro e um *para* o outro. Mas é precisamente neste momento que surge a questão da *origem* do dom. Eva é diferente de todos os seres, é diferente do homem na sua feminilidade, mas é um dom para o homem, assim como o homem é dom para a mulher. Quem pode estar na origem de tal diferenciação e complementaridade?

«Quem é que, antes de mais, dá a Adão e Eva um ao outro? Quem, em última análise, confia a Adão a existência de Eva e a Eva a existência de Adão? Quem chama Adão e Eva para se aceitarem mutuamente

Dito de outra forma, a criação de Eva engendra em Adão a primeira consciência clara de que a realidade é um dom que flui da mão de Alguém maior do que ele. Dizemos ‘Alguém’ em vez de ‘alguma coisa’ porque só as pessoas podem dar dons, no pleno sentido da palavra ‘dar’. ‘O conceito de dar não pode referir-se a um nada. Indica aquele que dá e aquele que recebe o dom, assim como a relação que se estabelece entre ambos’.»

⁸⁶ *Ibidem*, 71-72.

como um dom que desperta em cada qual, como resposta, o dom de si mesmo? A quem se dirige Adão quando exclama ‘esta é, realmente, osso dos meus ossos...?’»⁸⁷

Estas questões despertam em Adão a consciência de que aquela diante de si só pode ser dom para ele na medida em que é ‘*avaliável*’ por alguém superior a ambos, inscrevendo-se, assim, naturalmente na lógica típica do dom.⁸⁸ Reside aqui o primeiro dos pressupostos da teologia do corpo de João Paulo II: *o ser humano é dom*, está destinado a ser dom de si na diferença que o define enquanto homem e mulher. Se é dom é para si, há-de ser querido e dado por um dador superior a ambos que, por sua vez, é autor e origem desse mesmo dom. Em suma, o ser humano não é autor nem juiz de si mesmo a um nível isolado, nem vive para si e para a solidão nihilista.

Dentro do conjunto dos pressupostos da teologia do corpo insere-se, em segundo lugar, a questão central de todo o seu discurso: o próprio corpo e a conceção que dele é apresentada. O corpo é ‘*palavra*’ que, à imagem de um sacramento, realiza o que significa. Desta forma para a teologia do corpo, homem e mulher representam uma unidade complementar tão profundamente expressa nos seus corpos que é impossível negá-la sem que se incorra no erro de desprezar o testemunho que a natural diferenciação de sexos apresenta.⁸⁹

«O corpo, na sua masculinidade e feminilidade, é ‘desde o princípio’, chamado a tornar-se manifestação do espírito. Isso também é realizado através da união conjugal do homem e da mulher, quando se unem de modo a formarem ‘uma só carne’. Noutra passagem, Cristo defende os direitos invioláveis desta unidade, mediante a qual o corpo, na sua

⁸⁷ *Ibidem*, 73.

⁸⁸ *Ibidem*, 73-74: «A busca de Adão começa quando ele desperta para o mundo com um espírito maravilhado. Esse encontro com o mundo convida-o a dar início a uma jornada em direção ao Absoluto: ‘Nascente, onde estás?’. Adão começa a viver esta procura do absoluto no seu corpo, que é o ‘*órgão*’ através do qual recebe o mundo e nele participa, para lavrar a terra e nomear os animais (para utilizar a imagética bíblica). No entanto, o encontro de Adão com Eva coloca a sua busca num nível totalmente diferente. O que o seu corpo lhe permite – aliás, exige – receber já não é o mundo que foi confiado ao seu cuidado, mas outra pessoa que, tal como ele, só pode ser avaliada pelo Absoluto.

Então quem, em primeiro lugar, dá a Adão e Eva um ao outro? A resposta é Deus: ‘No mistério da criação, homem e mulher foram “dados” pelo Criador, de modo particular, um ao outro.’»

⁸⁹ *Ibidem*, 75: «Em primeiro lugar, vimos que o corpo transporta uma revelação: ele abre-nos um mundo comum para o partilharmos com uma pessoa do sexo oposto. O corpo revela este novo horizonte principalmente pelo apelo ao dom recíproco de nós mesmos. Efetivamente, esta vocação para o dom recíproco de si próprio foi inscrita, pelo próprio Autor original do dom, na masculinidade e na feminilidade do corpo. Tendo feito esta descoberta, estamos agora preparados para examinar o que esse apelo nos revela sobre o significado do corpo humano.»

masculinidade e feminilidade, assume o valor de sinal – em certo sentido – sacramental.»⁹⁰

A citação que fazemos das palavras do Papa João Paulo II, numa das catequeses sobre o corpo, deixa transparecer aquilo que anteriormente foi afirmado a respeito do significado esponsal do corpo. A feminilidade e a masculinidade humanas são um autêntico apelo a essa ‘esponsalidade’ original na medida em que a sexualidade humana é, na concepção de João Paulo II, um apelo ao amor e ao dom de si. O corpo é uma ‘palavra’ clara e inconfundível, pois diz o que significa e realiza esse significado no encontro com a alteridade complementar. O corpo é, por assim dizer, *testemunha qualificada do dom* original e da vocação a que é acometido pelo Autor desse dom e vocação.⁹¹ Deste modo a ‘esponsalidade’ do corpo não termina no encontro horizontal entre homem e mulher, mas prolonga-se e completa-se na abertura que ele mesmo permite em sentido vertical, em direção ao criador.⁹²

Impõe-se, no seguimento da lógica do dom, o reconhecimento de si como dom e o reconhecimento do outro enquanto, também este, dom. Sem o reconhecimento da lógica do dom e, por conseguinte, da lógica do amor não é possível descobrir-se e sair ao encontro do outro na sua alteridade e complementaridade. O amor, para o qual o ser humano está capacitado, provém do amor de Deus que ama em primeiro lugar, Ele é a fonte da qual brota a possibilidade do homem e da mulher experimentarem o amor como vivência existencialmente fundamental. Deus é a origem do dom e a origem do amor que orienta paradigmaticamente a vida dos amantes humanos.⁹³

⁹⁰ JOÃO PAULO II, *Teologia do corpo – o Amor Humano no Plano Divino*, Coord. Pe. Miguel Pereira, Alêtheia Editores, Lisboa, 2013; Catequese 45, 22 de outubro de 1980, 2.

⁹¹ Carl ANDERSON, José GRANADOS, *Criados para o amor, Teologia do corpo de João Paulo II*, Lucerna, Cascais, 2014, 75: «João Paulo II define a vocação inscrita na masculinidade e na feminilidade do corpo como o seu ‘significado esponsal’. O adjetivo ‘esponsal’, que evoca a ideia de matrimónio, sublinha que o corpo é feito para expressar amor. O corpo é ‘esponsal’ porque existe para permitir que Adão se entregue a Eva e possa recebê-la como um dom (e vice-versa).»

⁹² *Ibidem*, 75 -76: «ele [o corpo] põe em relação o homem e a mulher não só um com o outro, mas também, num movimento vertical, com o Autor original do dom que é a Nascente de quem ambos se recebem a si próprios e ao outro com dom: ‘Este corpo, testemunha da criação como dom fundamental e portanto, testemunha do Amor como nascente da qual este preciso dom jorra. Masculinidade – feminilidade [...] sinal original de uma doação criadora e de uma tomada de consciência, por parte do homem, varão e mulher, de um dom vivido, por assim dizer, de modo original’ (TDC, 124).

O ‘significado esponsal do corpo’ é, portanto, um convite, inscrito na nossa própria corporeidade, a reconhecer que tudo o que temos é um dom, começando por nós próprios e pela nossa existência. A ‘esponsalidade’ do corpo estabelece, então, uma relação com o Absoluto, revela Deus como Pai que nos dá vida e nos rodeia do seu cuidado. Da mesma forma, a nossa primeira tarefa – ou antes, privilégio – na vida é aceitar o dom original da nossa existência.»

⁹³ *Ibidem*, 80: «O amor é um assunto muito mais profundo do que os amantes pensam, na medida em que os convoca a receber cada um como dom de Deus e, fazendo-o, a embarcar na aventura de uma relação

Depois do percurso feito através do reconhecimento do ser humano enquanto dom, dom que provém de um Autor superior, Autor em cujo Amor nasce e é fonte do amor humano, está no momento de apresentar um outro pressuposto da teologia do corpo apresentada pelo Papa João Paulo II. Os conceitos de *maternidade* e *paternidade* representam esse pressuposto básico para a compreensão da antropologia teológica que norteia o nosso trabalho.

Da união dos sexos, isto é do dom de si, homem e mulher abrem-se à responsabilidade da procriação, avançam para a descoberta plena da identidade da própria união que consiste na fecundidade típica do amor.⁹⁴ A abertura à fecundidade, possível por meio da complementaridade sexual, é a resposta acabada ao plano de amor do Criador e Autor da dádiva que homem e mulher são um relativamente ao outro e, em sentido vertical, ao próprio Deus.

«Adão e Eva transpuseram o limiar do espanto na sua união conjugal, mas a fecundidade da sua união é, por seu lado, também o primeiro passo no sentido de um novo limiar: o da responsabilidade. A fecundidade é o culminar de uma resposta ativa ao assombro que nos atinge quando nos recebemos um ao outro como dom de Deus. Pela mesma razão, a palavra ‘procriação’ descreve mais adequadamente a fecundidade do que a palavra ‘reprodução’, porque destaca a participação do Homem na tarefa da Criação que a própria Nascente da vida lhe confiou através do ato conjugal. A palavra ‘procriação’ tem ainda a vantagem de esclarecer a diferença que existe entre a produção de objetos e a comunicação de vida aos seres dotados de uma singular dignidade, enquanto seres únicos e irrepetíveis, que o Criador quis que existissem por si mesmos.»⁹⁵

concreta com o próprio Autor do dom. Deus revela o seu amor pelos primeiros homem e mulher confiando a cada um deles o outro como um precioso dom no qual o seu divino Amor se regozija. O amor que Adão e Eva partilham não seria totalmente humano fora da ‘dimensão do Absoluto’. Eles usufruem de todo o encanto do verdadeiro amor apenas porque a sua relação é ao mesmo tempo uma relação com Deus. Os amantes humanos amam em verdade apenas quando se recebem de e se dão a Deus no próprio ato de se receberem e de se darem um ao outro.»

Jean GUITTON, *Human Love*, Chicago, Franciscan Herald Press, 1966, 82: «Apenas amamos de verdade se amamos numa esfera superior a nós, numa unidade mais elevada e mais preenchida, numa expressão mais plena que assegure a união dos dois amantes. Tal como a respiração supõe uma atmosfera, assim o amor pede uma *erosfera* [...] O real e verdadeiro termo que une os amores, que os estabelece [...] é aquele a que os homens deram o nome de Deus.»

⁹⁴ Carl ANDERSON, José GRANADOS, *Criados para o amor, Teologia do corpo de João Paulo II*, Lucerna, Cascais, 2014, 80: «A Bíblia dá conta de que ‘Adão conheceu Eva, sua mulher’ (Gn 4, 1). O verbo ‘conhecer’ sublinha que o primeiro casal descobre a sua identidade através da união conjugal. Mas faz ainda algo mais: liga essa descoberta à fecundidade na qual o casal cimenta a sua união através da partilha com Deus do seu ato gerador de vida.»

⁹⁵ *Ibidem*, 81.

Os conceitos de maternidade e paternidade assentam assim as suas bases no significado esponsal da masculinidade e da feminilidade, vistos não como um castigo dos deuses, que é necessário superar, mas como uma complementaridade que totaliza uma harmonia adequadamente orquestrada e executada na perfeita comunhão do encontro. João Paulo II di-lo de forma clara com as seguintes palavras:

«O conhecimento do homem passa através da masculinidade e da feminilidade, que são como que duas ‘encarnações’ da mesma solidão metafísica diante de Deus e do mundo – como duas formas de ‘ser corpo’ e ao mesmo tempo de ser homem que se completam reciprocamente – como duas dimensões complementares da autoconsciência e da autodeterminação e ao mesmo tempo como duas dimensões complementares do significado do corpo. Como já afirmava Génesis 2, 23, a feminilidade encontra-se, em certo sentido, a si mesma diante da masculinidade, e a masculinidade confirma-se através da feminilidade.»⁹⁶

Na senda da existência humana a sexualidade é verdadeiramente o caminho para a descoberta da identidade pessoal, na busca e no encontro com o Autor do amor que une homem e mulher numa fecundidade absolutamente transcendente em relação aos limites que caracterizam a humanidade.⁹⁷ Na masculinidade e na feminilidade⁹⁸ humanas

⁹⁶ Cf. *Ibidem*, 83-84.

⁹⁷ *Ibidem*, 82-83: «João Paulo II insiste em que homem e mulher são ambos um todo, embora cada sexo dê corpo a essa totalidade de formas diferentes. É importante acrescentar que esta diferença entre homem e mulher perdura mesmo na sua união. Embora cada um dos sexos seja um todo, ambos são chamados a ir para além de si mesmos por e para o outro.

Podemos ilustrar esta complementaridade entre homem e mulher com uma imagem retirada do mundo da música. Imaginemos que um maestro chama dois dos seus melhores violinistas para tocarem um dueto no concerto seguinte. Os dois músicos terão de praticar a combinação dos seus instrumentos num contraponto harmonioso, cada um deles necessitado do outro para executar a totalidade da obra, segundo a intenção do maestro. Repare-se, contudo, que esta necessidade é precisamente o oposto de uma falta de habilidade. Os dois violinistas não são músicos incompetentes que se servem um do outro para disfarçar os defeitos dos seus desempenhos. Pelo contrário, são dois artistas consumados, chamados a exhibir as suas habilidades individuais, precisamente no contexto de um dueto no qual o papel de cada um é indissociável do papel do outro. [...] Este exemplo sugere que a sexualidade, tal como a partitura para dois violinos, é um padrão. Esse padrão dá à vida dos amantes uma relação cuja estrutura é feita de harmonia e contraponto. Simultaneamente, a melodia da relação nasce de uma inspiração comum; efetivamente, emana da própria fonte divina da existência. A relação entre homem e mulher não faz sentido a não ser que ambos derivem a sua identidade da sua relação com o Criador. A masculinidade e a feminilidade são caminhos para a descoberta da nossa identidade no encontro com Deus.»

⁹⁸ JOÃO PAULO II, *Mulieris Dignitatem*, Exortação Apostólica, 1988, 7: «O facto de o homem, criado como homem e mulher, ser imagem de Deus não significa apenas que cada um deles, individualmente, é semelhante a Deus, enquanto ser racional e livre; significa também que o homem e a mulher, criados como ‘unidade dos dois’ na comum humanidade, são chamados a viver uma comunhão de amor e, desse modo, a refletir no mundo a comunhão de amor que é própria de Deus, pela qual as três Pessoas Se amam no íntimo mistério da única vida divina. O Pai, o Filho e o Espírito Santo, um só Deus pela unidade da divindade, existem como pessoas pelas imperscrutáveis relações divinas. Somente assim se torna compreensível a verdade de que Deus em Si mesmo é amor.»

encontra-se aquela obra artística em cujos traços se desenham e ecoam as notas musicais e as pinceladas de um todo pleno de sentido e harmonia que ultrapassa sem medida a mera relação humana, sem diminuir o seu significado e grandeza, de um modo transcendente. Nisto reside a beleza de uma *antropologia aberta ao Absoluto*, aí sustentada e para ele encaminhada. Tal é a proposta que João Paulo II apresenta nas suas catequeses sobre a teologia do corpo ao ‘colocar’ no corpo do homem e da mulher aquele sinal inconfundível de abertura a um amor que oferece sentido à vida humana, na medida em que a completa e ultrapassa, quebrando as barreiras do tempo e da história com as vicissitudes que lhe são próprias.

Fica, ainda que resumidamente, aclarada a perspectiva da teologia do corpo relativamente à ideologia do género e às suas premissas, deitando por terra aquela argumentação ideologicamente afetada que acusa a antropologia cristã de um certo ‘*anacronismo*’. A teologia do corpo representa uma autêntica revolução, assim como também a ideologia de género o representa para os nossos dias, embora saibamos que entre estes dois caminhos apenas um é capaz de conduzir à verdade sobre a pessoa humana e o seu sentido na história. Compete, no fim de contas, a cada um entender e optar por tal compreensão do sentido das coisas, e, mais do que o rumo das coisas, dos homens e das mulheres necessitados de respostas sobre si mesmos, sobre o mundo e sobre o *Absoluto* por que, mesmo sem o saberem, tanto anseiam.

Da antropologia destas catequeses ficam-nos essencialmente dois convites. Em primeiro lugar, um convite à *contemplação do corpo humano* com olhos maravilhados, como quem olha profundamente e admira uma obra de arte onde nenhum dos traços do pincel ou do neuma musical, no caso de uma partitura, se encontra ao acaso. Ele é uma obra artística harmoniosa e pensada a partir do amor e para o amor, por isso, o corpo é sinal – palavra – que apela para um significado profundamente amplo e belo. Em suma, apela a ler a linguagem que lhe é natural: a da existência para a vida e uma vida para o amor.⁹⁹

⁹⁹ Carl ANDERSON, José GRANADOS, *Criados para o amor, Teologia do corpo de João Paulo II*, Lucerna, Cascais, 2014, 164: «Uma ideia-chave que considerámos neste livro é a de que o corpo tem uma linguagem. O que essa linguagem nos diz é que a pessoa humana não é uma ilha isolada, antes recebendo a sua identidade através de uma relação – com o mundo, com os outros e com Deus. Em última análise, a linguagem do corpo é um eco da voz da transcendência, convidando-nos a arriscar ir para além de nós próprios em resposta ao apelo do amor. Ao mesmo tempo, o corpo fornece a gramática para esta resposta. O corpo não é matéria bruta, meramente carne, mas um significativo e belo molde que dá ao nosso amor a forma e a estrutura necessárias para encontrar o seu verdadeiros rosto enquanto dom de si.

O corpo confere ao amor um padrão tridimensional. Em primeiro lugar, o corpo é filial, porque representa a solidão do Homem perante Deus e a sua abertura a Ele; o corpo é o lugar do encontro entre o Homem e Deus-Pai. Ao mesmo tempo, o corpo é *esponsal*, porque a sua própria identidade masculina ou feminina é

O amor, entendido como caminho e meta, é exatamente o segundo convite desta antropologia ‘revolucionária’ sustentada pelas catequeses sobre a teologia do corpo. Sem olharmos para o amor como medida possível afigura-se ao ser humano uma existência impossível de ser suportada em razão dos sofrimentos e dramas existenciais que o assaltam constantemente. As palavras do Apóstolo Paulo aos Efésios ilustram perfeitamente a medida e o modo de execução desse amor: «*Maridos, amai as vossas esposas, como Cristo amou a Igreja e Se entregou por ela, para a santificar, purificando-a, no banho da água, pela Palavra. Ele quis apresentá-la esplêndida, como Igreja sem mancha nem ruga, nem coisa semelhante, mas santa e imaculada.*» [Ef 5, 25-27] A exemplo do amor de Cristo encarnado, morto e ressuscitado, assim deve prolongar-se na vida do homem e da mulher aquele amor paradigmático, oblativo e pleno. Nisto consiste a *nova medida do amor* a que são convidados os casais cristãos.¹⁰⁰

No sacramento do matrimônio os esposos atualizam a originalidade e a singularidade específica de quem se reconhece dom para si e para o outro. O corpo, entregue pelo e para o outro, é o primeiro sacramento – sinal – da criação querida e amada por Deus e redimida em Cristo. O corpo é, em última análise, sacramento da redenção e união entre os esposos humanos e, mais ainda, lugar onde Deus se revela como origem e meta criadora e redentora porque coerente com a lógica do amor.¹⁰¹

uma vocação para se tornar esposo e caminhar para o Autor original do dom, de quem homem e mulher se recebem a si próprios e ao outro como dom. Finalmente, o corpo tem um significado *procriativo*, na medida em que a união dos esposos encontra a sua própria plenitude na abertura ao dom de fecundidade do Criador. Então, o corpo é um apelo a ser um filho, um esposo e um pai, e um caminho para viver esse apelo. Em alternativa, podemos pensar neste modelo tridimensional de filiação, esponsalidade e paternidade como o conjunto de instruções necessárias para refletir a *imago Dei* na nossa vida.»

¹⁰⁰ *Ibidem*, 168: «A tarefa para a qual Paulo convoca os esposos cristãos pode parecer assustadora, ou mesmo impossível. Todavia, esta impressão desaparece quando recordamos que Cristo não deixa os esposos cristãos entregues a si próprios – Ele partilha o amor que sustentou toda a sua vida como Filho e Esposo, desde a sua conceção até ao dom total de Si pela Igreja na Cruz. Além disso, o amor que Cristo partilha com o casal cristão não é uma coisa (como uma ‘energia’ impessoal), mas sim uma pessoa – o Espírito Santo, que o Senhor ressuscitado sopra sobre os esposos para purificar o amor humano e levá-lo à plenitude. Então, os casais cristãos não precisam de perder a esperança de atingir a nova medida do amor esponsal do Evangelho, porque o dom do Espírito leva o seu amor humano à plenitude da caridade conjugal. [...] A caridade dada por Deus é chamada ‘conjugal’ neste contexto porque a vida conjugal é o local no qual os esposos são chamados a encarnar essa caridade.»

¹⁰¹ *Ibidem*, 167: «O casamento natural [...] remonta ao Jardim do Éden (na nossa linha temporal), ainda que Deus o tenha estabelecido por causa de Cristo, em quem o mundo foi criado (na linha temporal divina). Vimos já que a queda introduziu uma rutura na união numa só carne de Adão e Eva. Felizmente, como o casamento natural foi criado em Cristo, Ele tem o poder de restaurar a sua glória anterior. Assim sendo, a primeira tarefa de um casamento cristão é recuperar o sacramento da Criação que foi ferido pelo pecado. No entanto, Cristo não só recupera a harmonia quebrada do princípio como eleva o casamento natural à plenitude na sua própria união de uma só carne com a Igreja. Da mesma forma, o casamento cristão não se limita a reparar o sacramento original da Criação, pois que também eleva esse sacramento a uma nova vida no contexto do sacramento da Redenção que encarna o amor do Esposo pela Igreja elevada à perfeição pela sua morte na cruz.»

3. EMRC e o seu contributo para a apresentação de uma antropologia ‘adequada’

«Continuai, pois, sem vos deixardes desencorajar pelas dificuldades que encontrais. Hoje, um obstáculo particularmente insidioso na obra educativa é constituído pela presença massiva na nossa sociedade e cultura, daquele relativismo que, ao não reconhecer nada como definitivo, tem como última medida apenas o próprio eu com os seus apetites, e, sob a aparência de liberdade, torna-se para cada um uma verdadeira prisão. Neste horizonte relativista, não é possível, portanto, uma verdadeira educação: sem a luz da verdade, mais cedo ou mais tarde, cada pessoa é condenada a duvidar da bondade da sua própria vida e das relações que a constituem, da validade do seu empenho em construir com os outros qualquer coisa em comum.»¹⁰²

Ao iniciarmos o último ponto deste capítulo com a citação de Bento XVI a respeito da necessidade de uma educação baseada na busca da verdade que, portanto, supera o relativismo reinante, queremos colocar exatamente aí a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica. Cremos que esta disciplina será uma mais-valia preciosa para a educação da sexualidade e, como não pode deixar de ser, para a maturação da personalidade humana globalmente, à luz daqueles que são os ensinamentos de sempre no que respeita à pessoa humana e ao seu lugar no mundo.

Há já uma década, e lendo os ‘avanços’ na abordagem da questão da educação sexual em contexto escolar, os bispos portugueses publicaram uma nota pastoral ‘Sobre a Educação da Sexualidade’. O documento referido vinha, então, alertar para a necessidade de uma autêntica educação da sexualidade, que tivesse em conta a estrutura pessoal de cada um dos destinatários de tal modelo educativo, bem como o respeito pelo lugar da família e das suas opções educativas neste âmbito que, sem dúvida alguma, afeta

Ver ainda JOÃO PAULO II, *Familiaris Consortio*, Exortação apostólica, 1981, 63: «A vida cristã encontra a sua lei num código escrito, mas na ação pessoal do Espírito Santo que anima e guia o cristão, isto é, na ‘lei do Espírito que dá vida em Cristo Jesus’: ‘o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo, que nos foi concedido’.

Isto vale também para o casal e para a família cristã: seu guia e norma é o Espírito de Jesus, difundido nos corações com a celebração do sacramento do matrimónio. Em continuidade com o batismo na água e no Espírito, o matrimónio reafirma a lei evangélica do amor, e, com o dom do Espírito, grava-a mais profundamente no coração dos esposos cristãos. O seu amor, purificado e redimido, é fruto do Espírito, que age no coração dos crentes e se torna, ao mesmo tempo, mandamento fundamental da vida moral pedida à sua liberdade responsável.»

¹⁰² BENTO XVI, *Discurso por ocasião do Congresso Diocesano de Roma sobre a Família*, junho de 2005.

essencialmente a estrutura pessoal dos alunos e o seu modo de ver o mundo e de se situar nele com os outros.¹⁰³

Longe de uma recusa relativamente aos pressupostos invocados na lei¹⁰⁴, então e na atualidade, no referente à educação para a saúde e para a vivência de uma sexualidade

¹⁰³ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, 23 de junho de 2005, 1: «Recentemente, vieram a público reações de um número considerável de pais, professores e outros cidadãos perante iniciativas no domínio da educação da sexualidade realizadas em escolas estatais, algumas delas a título experimental por designação do Ministério da Educação. Em causa está um documento datado do ano 2000, da responsabilidade conjunta do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, da Associação para o Planeamento da Família e do Centro de Apoio Nacional – Rede Nacional de Escolas Promotoras da Saúde, intitulado ‘Educação Sexual em Meio Escolar: Linhas Orientadoras’. Os conteúdos e ideias que se pretendem veicular, as metodologias propostas e bibliografia sugerida como base de trabalho, que serviram de suporte àquelas iniciativas, colidem com a sensibilidade e as convicções do público referido.»

¹⁰⁴ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Despacho n.º 25 994/2005 (2.ª série).

[...]

3 — O Secretário de Estado da Educação, através da Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, promoverá o acompanhamento do modelo de educação para a saúde bem como as condições de cessação dos contratos/protocolos celebrados a este propósito com as diversas ONG, garantindo uma transição programada que assegure resposta às solicitações expressas pelas escolas.

4 — É prorrogado por um ano o mandato do grupo de trabalho criado pelo meu despacho n.º 19 737/2005, a quem compete ainda, para além da missão cometida por esse despacho, as seguintes ações:

- a) Elaborar um guião para a exploração e concretização das temáticas da educação para a promoção da saúde nos planos curriculares disciplinares nos três ciclos do ensino básico;
- b) Elaborar um modelo de orientações programáticas para o tratamento do tema da componente curricular não disciplinar;
- c) Definir o modelo de aplicação e o modelo de controlo e acompanhamento das orientações programáticas do guião;
- d) Definir o perfil do professor-coordenador desta área de formação;
- e) Definir orientações programáticas para a formação contínua ou especializada dos professores;
- f) Definir as condições de colaboração das escolas com outras instituições e as modalidades de integração das suas atividades nos projetos educativos;
- g) Proceder à avaliação dos materiais pedagógicos em uso, designadamente os manuais;
- h) Identificar as condições que permitam a constituição de redes de escolas e de recursos pedagógicos a disponibilizar;
- i) Constituir um referencial que permita a criação, nas escolas de ensino secundário, de gabinetes de atendimento e apoio ao aluno. 28 de Novembro de 2005. — A Ministra da Educação, Maria de Lurdes Reis Rodrigues.

MINISTÉRIOS DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO Portaria n.º 196-A/2010 de 9 de Abril

As matérias respeitantes à educação para a saúde e educação sexual têm merecido, em tempos mais recentes, particular atenção por parte da sociedade portuguesa.

Assim, já em 1999, veio a ser publicada a Lei n.º 120/99, de 11 de Agosto, que reforça as garantias do direito à saúde reprodutiva. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto – Lei n.º 259/2000, de 17 de Outubro, que perspetiva a escola como entidade competente para integrar estratégias de promoção da saúde sexual, tanto no desenvolvimento do currículo como na organização de atividades de enriquecimento curricular, favorecendo a articulação escola -família (artigo 1.º deste último diploma).

A referida legislação incluiu a educação sexual nos currículos do ensino básico e secundário integrado na área da educação para a saúde, área da qual fazem parte, igualmente, a educação alimentar, a atividade física, a prevenção de consumos nocivos e a prevenção da violência em meio escolar.

O conceito atual de educação para a saúde tem subjacente a ideia de que a informação permite identificar comportamentos de risco, reconhecer os benefícios dos comportamentos adequados e suscitar comportamentos de prevenção.

A educação para a saúde tem, pois, como objetivos centrais a informação e a consciencialização de cada pessoa acerca da sua própria saúde e a aquisição de competências que a habilitem para uma progressiva autorresponsabilização.

saudável e responsável, o documento da Conferência Episcopal Portuguesa pretendeu lançar um alerta sobre a importância da adequação dos modelos propostos àquelas que são as expectativas das famílias, nomeadamente das famílias cristãs. Não menosprezando o valor amplamente reconhecido dos esforços legais de combate às infeções sexualmente transmissíveis que atingem milhares de pessoas em todo o mundo, e Portugal não é exceção, a nota dos bispos quis apontar linhas orientadoras que permitissem uma correta formação da e para a sexualidade, tendo em conta as diferentes sensibilidades existentes no nosso país.¹⁰⁵

Neste enquadramento legal, e tendo o nosso país uma disciplina curricular como a EMRC, seria incompreensível que não se valorizasse o papel absolutamente fundamental que esta possui em contexto educativo, tanto a nível geral como a nível particular na educação para a sexualidade. De facto, ao professor de EMRC não compete tanto apresentar aos alunos aquela componente especificamente científica e biológica da sexualidade, mas mais a abordagem do *sentido* dessa potencialidade inerente à condição

A educação sexual foi integrada por lei na educação para a saúde precisamente por obedecer ao mesmo conceito de abordagem com vista à promoção da saúde física psicológica e social.

Mais recentemente, o Governo, através do despacho n.º 25 995/2005 (2.ª série), de 16 de Dezembro, determinou a obrigatoriedade de as escolas incluírem no seu projeto educativo a área da educação para a saúde, combinando a transversalidade disciplinar com inclusão temática na área curricular não disciplinar. Na sequência e reconhecendo que a educação sexual é uma das dimensões da educação para a saúde, a Assembleia da República fez aprovar em 2009, através da Lei n.º 60/2009, de 6 de Agosto, um conjunto de princípios e regras, em matéria de educação sexual, prevendo, desde logo, a organização funcional da educação sexual nas escolas.

Neste contexto, consagram -se as bases gerais do regime de aplicação da educação sexual em meio escolar, conferindo-lhe o estatuto e obrigatoriedade, com uma carga horária adaptada e repartida por cada nível de ensino, especificada por cada turma e distribuída de forma equilibrada pelos diversos períodos do ano letivo e, por último, estabelecendo -se ainda que a educação sexual deva ser desenvolvida pela escola e pela família, numa parceria que permita respeitar o pluralismo das concepções existentes na sociedade portuguesa.

Pela presente portaria procede -se à regulamentação da Lei n.º 60/2009, de 6 de Agosto, nas matérias e nos termos nela previstos.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o conselho pedagógico deve assegurar que os pais e encarregados de educação sejam ouvidos em todas as fases de organização da educação sexual no respetivo agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

¹⁰⁵ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, 23 de junho de 2005, 2: «A sexualidade é um dos núcleos estruturantes e essenciais da personalidade humana, que não se reduz a alguns momentos e comportamentos, mas é, pelo contrário, um complexo que se integra no pleno e global desenvolvimento da pessoa. Tem uma dimensão biológica, evidentemente na diferenciação sexual, nos mecanismos de reprodução, no crescimento e nos ciclos de mudança e aparência física. Tem, também, uma dimensão psicológica, que se exprime no conjunto de emoções e sentimentos que proporciona, na sua evolução com a maturidade e a experiência, na influência sobre a autoestima, na variedade das suas expressões afetivas e no sentido em que proporciona segurança e comunicabilidade interpessoal. Nesta relação se situa a dimensão social da sexualidade, uma vez que os encontros e desencontros de uma relação contribuem para amadurecer, em cada homem ou mulher, dinamismos de doação, de entrega, de abertura aos outros e ao mundo.»

humana.¹⁰⁶ Deste modo, à disciplina de EMRC compete, antes de tudo, ser guia do sentido, um sentido para a vivência da sexualidade à luz do amor que inspira as ações humanas para a plenitude do *Sentido*.

Ao propor uma ‘antropologia adequada’, isto é, uma antropologia que «exprima e revele a realidade de um Amor maior»¹⁰⁷, a disciplina de EMRC corresponde aos anseios de muitas famílias, que são «a primeira comunidade responsável pela educação das crianças, dos adolescentes e dos jovens».¹⁰⁸ Longe de estar ultrapassada, a perspectiva cristã sobre a sexualidade e o amor humano tem uma palavra a dizer sobre o *quem* do homem e da mulher à luz de um horizonte mais amplo e livre de perspectivas ideologicamente afetadas. A visão de Homem, à luz da antropologia que João Paulo II nos legou, não se reduz a partes desse Homem e muito menos o divide ou subtrai, despreciando aquilo que ele verdadeiramente é.

À luz destas considerações reafirmamos a pertinência da EMRC e, mais especificamente, o seu valioso contributo para a formação da personalidade dentro da qual se inclui indissociavelmente a sexualidade humana com todas as suas implicações.¹⁰⁹

¹⁰⁶ *Ibidem*, 2: «A educação da sexualidade não se resume a mera informação sobre os mecanismos corporais e reprodutores, como tantas vezes tem acontecido, reduzindo a sexualidade à dimensão física possível de controlar com vista à prevenção contra o contágio de doenças sexualmente transmissíveis e o surgimento de gravidezes indesejadas. Desta forma, deturpa-se o sentido da sexualidade, isolando-a da dimensão do amor e dos valores, e abre-se caminho à vivência da liberdade sem responsabilidade, pela ausência de critérios éticos, e à aceitação, por igual, de múltiplas manifestações da sexualidade, desde o autoerotismo, à homossexualidade e às relações corporais sem dimensão espiritual porque o amor e o compromisso estão ausentes.»

¹⁰⁷ JOÃO PAULO II, *Teologia do corpo – o Amor Humano no Plano Divino*, Coord. Pe. Miguel Pereira, Alêtheia Editores, Lisboa, 2013, 23.

¹⁰⁸ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Nota sobre a Educação da Sexualidade*, 23 de junho de 2005, 3.

¹⁰⁹ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade*, CEP, 2006. 6: «O contributo da EMRC para o desenvolvimento das crianças, dos adolescentes e dos jovens, parte do reconhecimento da ‘componente religiosa como fator insubstituível para o crescimento em humanidade e em liberdade’. Nessa perspetiva, a EMRC ajuda a amadurecer as interrogações sobre o sentido da vida e mostra que ‘o Evangelho de Cristo oferece uma verdadeira e plena resposta, cuja fecundidade inexaurível se manifesta nos valores de fé e de humanidade, expressos pela comunidade crente e arraigados no tecido histórico e cultural das populações da Europa’.

A dimensão religiosa é constitutiva da pessoa humana. Por isso, não haverá educação integral, se a mesma não for tomada em consideração; nem se compreenderá verdadeiramente a realidade social, sem o conhecimento do fenómeno religioso e das suas expressões e influências culturais.

A EMRC tem, pois, um alcance cultural e ‘um claro valor educativo’. Orienta-se para ‘formar personalidades ricas de interioridade, dotadas de força moral e abertas aos valores da justiça, da solidariedade e da paz, capazes de usar bem a própria liberdade’

A EMRC é, por isso, oferecida a todos os alunos, independentemente da sua diversidade de crenças e opções religiosas: com fé católica ou outra, em situação de procura, indiferentes ou descrentes. Esta diversidade corresponde à situação das famílias que solicitam o apoio da EMRC: se umas desejam que a componente religiosa integre a formação dos seus filhos, outras há que se interessam somente pela sua informação e formação moral e cultural.

Poderíamos aludir, em jeito de conclusão, que a disciplina de EMRC está para a escola como a alma está para o corpo humano. Alma e corpo, intrínseca e inseparavelmente unidos, não sobrevivem um sem o outro porque são um composto necessário e inalienável, assim, também uma escola que dispense a componente ética e espiritual dos que lhe estão confiados, dispensa aquela dimensão que distingue os humanos de todos os demais seres. A capacidade de sair de si próprios e do seu egoísmo, e se colocarem a caminho do ‘outro’ e, ousaremos acrescentar, do absolutamente ‘Outro’ revelado sob a condição de um amor que descende e se eleva continuamente, elevando-nos consigo.

A sexualidade humana manifesta um *Bem* tão mais elevado que reduzi-la à esfera do privado e obscuro solipsismo poderia ser o início do obscurecimento da verdadeira identidade do ser humano. Compete, em contexto escolar, também, e sobretudo, à EMRC oferecer horizontes de esperança e luz sobre a maior, mais bela e sublime característica do ser humano, aquela que o identifica como pessoa, homem ou mulher e o introduz no Amor.¹¹⁰

4. Síntese

Ao encerrar o segundo capítulo do nosso trabalho é chegado o momento de elaborar uma síntese das principais ideias que foram sendo exploradas no corpo do texto. Para isso, recorro a um tríptico que traduz, no essencial, o que fui descrevendo como contributo da antropologia teológica do Papa João Paulo II para a Educação Moral e Religiosa Católica, e a sua real aplicabilidade no contexto educativo português.

À confiança e expectativa das famílias e dos alunos há-de corresponder, por parte dos professores, dos responsáveis das escolas, do Ministério da Educação e da Igreja, a integral fidelidade à especificidade da EMRC.»

¹¹⁰ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA, *Sexualidade Humana: verdade e significado*, Editorial A. O., Braga, 1996: «10. O ser humano é chamado ao amor e ao dom de si na sua unidade corpórea-espiritual. Feminilidade e masculinidade são dons complementares, pelo que a sexualidade humana é parte integrante da capacidade concreta de amor que Deus inscreveu no homem e na mulher. ‘A sexualidade é uma componente fundamental da personalidade, um modo de ser, de se manifestar, de comunicar com os outros, de sentir, de expressar e de viver o amor humano’. Esta capacidade de amor como dom de si tem, por isso, uma sua ‘encarnação’ no caráter esponsal do corpo. [...]

11. *A sexualidade humana é, portanto, um Bem*: parte daquele dom criado que Deus viu ser ‘muito bom’ quando criou a pessoa humana à sua imagem e semelhança [...] Enquanto modalidade de se relacionar e se abrir aos outros, a sexualidade tem como fim intrínseco o amor, mais precisamente o amor como doação e acolhimento, como dar e receber.»

Em primeiro lugar, destacamos o legado da antropologia teológica proposta por João Paulo II ao longo das catequeses sobre o corpo, como *oportunidade* de aprofundarmos e apresentarmos uma concepção da corporeidade renovada e fiel às exigências do significado do corpo humano enquanto ‘sacramento’¹¹¹ de encontro. O corpo, olhado nesta perspectiva, torna-se verdadeira fonte de doação e comunhão esponsal, pois por meio dele realiza-se aquela união de amor e complementaridade vital.

«O corpo humano, com o seu sexo, e a sua masculinidade e feminilidade, visto no próprio mistério da criação, não é somente fonte de fecundidade e procriação, como em toda a ordem natural, mas contém também, desde o ‘princípio’, o atributo ‘esponsal’, isto é, a capacidade de exprimir o amor; precisamente aquele amor em que o homem-pessoa se torna dom e – através deste dom – realiza o próprio sentido do seu ser e existir.»¹¹²

Em segundo lugar, e partindo do paralelo entre teologia do corpo e ideologia de género, realçar uma das diferenças basilares no que respeita à concepção da pessoa humana segundo a qual o ser humano não é um produto acabado por si mesmo nem para si mesmo. Teologia do corpo e ideologia de género chocam exatamente no ponto comum dos seus discursos: o Homem. A concepção antropológica do *gender* afasta-se por completo daquela perspectiva cristã segundo a qual a pessoa é dom para si e para os outros porque reconhece provir de um dador superior à horizontalidade da criação. A pessoa constrói-se, é certo, mas no reconhecimento e descoberta da verdade inscrita em si mesma pelo Autor do dom.

Finalmente, embora pudesse estar situada no início, a apresentação da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica como veículo por meio do qual chega à Escola a conjugação e adequação de uma proposta cristã sobre *quem* é a pessoa humana e qual o sentido da sua existência. Possivelmente existirão muitas outras perspectivas, com modos de entender a pessoa e a sexualidade humanas a partir de visões antropológicas distintas. Não obstante essa consciência, a proposta que fazemos não é nossa, mas fruto de milénios

¹¹¹ Christopher WEST, *Teologia do corpo para principiantes – uma introdução básica à revolução sexual do Papa João Paulo II*, Paulinas, Prior Velho, 2013, 15-16: «O próprio corpo humano é, em certo sentido, um ‘sacramento’, num sentido mais lato e mais antigo da palavra do que aquele a que estamos habituados. Mais do que referir-se aos sete sinais da graça, instituídos por Cristo, quando João Paulo II fala do corpo como ‘sacramento’, ele quer dizer que se trata de um sinal que torna visível o mistério invisível de Deus. Nós não podemos ver Deus. Deus é puro Espírito. Contudo, o Cristianismo é a religião da auto-revelação de Deus. Deus quer revelar-se a nós. Ele quer tornar visível aos nossos olhos o seu mistério espiritual e invisível, para que nós possamos ‘vê-Lo’. [...] Por outras palavras, em certa medida, o corpo permite-nos ‘ver’ realidades espirituais, e até o mistério eterno ‘oculto’ em Deus.»

¹¹² JOÃO PAULO II, *Teologia do corpo – o Amor Humano no Plano Divino*, Coord. Pe. Miguel Pereira, Alêtheia Editores, Lisboa, 2013; *Catequese* 15, 16 de janeiro de 1980.

de compreensão do fenómeno humano e da sua complexidade. Cremos que é uma proposta válida e coerente com os valores mais dignos e respeitados por crentes e até não crentes. São os valores da dignidade e inviolabilidade da vida humana, da solidariedade, da justiça e, sobretudo, da caridade entendida em sentido tão amplo e transcendente, quanto real e necessário, que permeiam o que dissemos.

Termino esta síntese com uma citação que, de forma especialmente audaz, traduz o que nos move a *defender o amor dos sentidos como manifestação de um Amor maior*, inefável e, ao mesmo tempo, invisivelmente visível e palpável na carne barrenta de que somos modelados, e revitalizada na esperança de um *Sentido* que se nos oferece próximo, bem no íntimo do que temos e somos.

«Respirar, viver não é apenas agarrar e libertar o ar, mecanicamente: é existir com, é viver em estado de amor. E, do mesmo modo, aderir ao mistério é entrar no singular, no afetivo. Deus é cúmplice da afetividade: onnipotente e frágil; impassível e passível; transcendente e amoroso; sobrenatural e sensível. A mais louca pretensão cristã não está do lado das afirmações metafísicas: ela é simplesmente a fé na ressurreição do corpo.

O amor é o verdadeiro despertador dos sentidos. As diversas patologias dos sentidos que anteriormente revisitámos mostram como, quando o amor está ausente, a nossa vitalidade hiberna. Uma das crises mais graves da nossa época é a separação entre conhecimento e amor. A mística dos sentidos, porém, busca aquela ciência que só se obtém amando. Amar significa abrir-se, romper o círculo do isolamento, habitar esse milagre que é conseguirmos estar plenamente connosco e com o outro. O amor é degelo. [...] O amor é o caminho que nos leva à esperança. E esta não é uma espécie de consolação, enquanto se esperam dias melhores. [...] Esperar não significa projetar-se num futuro hipotético, mas saber colher o invisível no visível, o inaudível no audível, e por aí fora. [...] Compreender que a esperança floresce no instante é experimentar o perfume do eterno.»¹¹³

¹¹³ José TOLENTINO MENDONÇA, *A mística do instante*, Paulinas, Prior Velho, 2014, 37-38.

CAPÍTULO III – PROPOSTA PEDAGÓGICA E DIDÁTICA PARA A LECIONAÇÃO DA UNIDADE LETIVA ‘O AMOR’ DO OITAVO ANO DE ESCOLARIDADE DO PROGRAMA DE EMRC

Depois de termos apresentado nos capítulos precedentes alguns dos pontos mais significativos da antropologia teológica do Papa João Paulo II nas suas catequeses sobre a teologia do corpo, é chegado o momento de concretizar, em jeito de proposta pedagógica e didática, aquelas que, a nosso ver, poderão constituir as bases para uma feliz leção da Unidade Letiva ‘O Amor’ [UL 1] do oitavo ano de escolaridade de EMRC.

Ao analisarmos o novo programa de EMRC, editado no ano transato de 2014, e, mais concretamente, no que à Unidade Letiva 1 do oitavo ano de escolaridade diz respeito, verifica-se uma linha de continuidade com o programa de 2007 que se revela oportuna na globalidade dos conteúdos que se propõe oferecer aos alunos de EMRC nesta faixa etária. Não obstante a apreciação positiva que pode e deve ser feita sobre esses conteúdos, a nossa proposta de leção pretende, não substituir, muito menos desacreditar os mesmos, mas ser uma espécie de contributo para uma subsequente ampliação desses mesmos conteúdos a lecionar. Este desafio complexo, certamente, visa enquadrar-se dentro de um apelo para a natureza da sua preposição, isto é, que os nossos alunos *se* encontrem como meta de compreensão da própria existência, porém à luz de um conceito existencial mais alargado porque realmente possível. É nesta medida que apresentamos a antropologia teológica de João Paulo II como contributo válido e, deveras, necessário para a formação da personalidade humana e, mais concretamente, para a educação do sentido maior nela contido relativamente ao amor e à sexualidade. A antropologia teológica que defendemos para a leção no contexto da EMRC pretende ir mais além da pura horizontalidade conceptualmente afetada e alargar as possibilidades de compreensão e estruturação da pessoa humana também numa direção tipicamente humana, a verticalidade das relações fundantes do *quem* humano.

Nos dois primeiros capítulos deste trabalho pudemos elaborar um esquema que traduz de perto aqueles conceitos de pessoa, família, instituições e Estado, bem como o lugar da pessoa humana nesta teia social e cultural onde naturalmente se desenvolve, partindo dos pressupostos naturais e que constituem homem e mulher como interlocutores de uma vocação existencialmente enriquecida porque fundada no Amor e para ele encaminhada. No fim do caminho percorrido, ainda que não seja possível coloca-lo somente no fim, encontra-se o amor que atribui sentido aos passos trilhados e possibilita

«romper o círculo do isolamento, habitar esse milagre que é conseguirmos estar plenamente connosco e com o outro.»¹¹⁴

Na esperança de que a nossa proposta possa representar um contributo não revolucionário, pois não se arroga a tal, mas possa ser isso mesmo, um contributo dialogante, que empresta as suas intuições para o serviço de uma melhor e mais adequada formação da personalidade dos nossos jovens à luz do Evangelho e da vida dos que nos precederam neste caminho de maturação pessoal, seguimos com o terceiro e último capítulo do nosso relatório.

1. Apresentação descritiva da proposta pedagógica

No momento de optar por apresentar uma proposta pedagógica e didática no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada, a decisão recaiu quase de imediato, e sem grandes dúvidas, na Unidade Letiva 1 do oitavo ano de escolaridade, que tem por tema ‘O Amor’. No Programa de EMRC de 2007, esta UL1 tinha como título ‘O amor humano’; no atual Programa de 2014, pode verificar-se uma alteração simples ao título mas que, a nosso ver, reflete bastante bem o objetivo central daquela que é a nossa proposta: ‘O Amor’. De facto, tudo aquilo que fomos apontando como posicionamento antropológico no decurso deste trabalho vai ao encontro deste título breve, embora com uma significação extensa e, porventura, mais completa.

Ao colocar no centro da nossa proposta o tema ‘A antropologia teológica do Papa João Paulo II presente nas catequeses sobre a teologia do corpo’, quis que ela fosse um contributo válido para a forma e o conteúdo desta UL1. De facto, e tendo em linha de conta o que foi dito anteriormente, sobretudo no segundo capítulo, é um dado adquirido que a perspetiva antropológica de João Paulo II, baseada no método fenomenológico, e enriquecida pela conceção personalista cristã do ser humano, como *dom* para si e para o outro, poderá representar um forte elemento de crescimento dentro do processo de formação do adolescente e do jovem, com efeitos na vida pessoal e na conceção que dela possa vir a formular e a testemunhar.

Neste contexto, e pretendendo aprofundar o tema da teologia do corpo, agora na ótica de João Paulo II, direcionamos energias para materializar uma proposta pedagógica

¹¹⁴ José TOLENTINO MENDONÇA, *A mística do instante*, Paulinas, Prior Velho, 2014, 37-38.

e didática que pudesse referir, de alguma forma, a realidade teológica do corpo humano, com o objetivo essencial de conjugar a realidade humana [corpórea] e o seu significado esponsal, isto é, enquanto reflexo verdadeiro do ser mais profundo e significativo de cada homem e cada mulher. Na verdade o corpo humano, longe de representar um cárcere de sofrimento, votado à morte, ou, no lado oposto, ser fonte de prazer fechado sobre si mesmo, é o meio e o modo de ser homem e mulher, em sentido amplamente significativo. É lugar da realização mais fecunda e completa a que cada um, individualmente e em comunhão com os demais, é chamado.

Por estes motivos, considera-se a temática apresentada pertinente para a realização da proposta letiva defendida e assumida como fundamental no processo de aprendizagem e crescimento dos discentes. Defendemos que a UL1 ‘O Amor’ é uma oportunidade única na caminhada formativa dos adolescentes do 8ºano para a desconstrução de um falso e narcísico amor humano, desligado do respeito em primeiro lugar por si próprio e, como consequência, pelos outros que na ótica do *gender* podem constituir um obstáculo para a minha ‘liberdade’ de indivíduo.

Sendo verdade que o corpo tem uma linguagem própria e revela de sobremaneira uma *realidade invisivelmente visível*, ele é fruto e fonte dessa mesma realidade a que chamamos ‘Amor’ e que em tão pequena medida conhecemos. A antropologia presente nas catequeses sobre a teologia do corpo, defendida pelo Papa João Paulo II, é exatamente este impulso humano de humildemente reconhecer, sem rodeios nem falsas pretensões, o que ele realmente é: um ser criado pelo e para o amor. Diante deste pressuposto restam duas opções: reconhecer-se dom e realizar-se enquanto dom, ou recusar essa realidade e navegar no relativismo derivado da alienação de si mesmo.

A tarefa educativa é, antes de tudo, uma tarefa testemunhal. Por esse motivo, a disciplina de EMRC não pode, nem deve, querer substituir o papel dos pais e da comunidade mais alargada em que a criança, o adolescente e o jovem se situam. Educar para os valores da justiça, da verdade, da liberdade, respeito pela dignidade da vida humana e para o cuidado do universo criado enquanto espaço de comunhão ecológica, é um dever de toda a sociedade, de todos e cada um, segundo as possibilidades inerentes aos diferentes contextos¹¹⁵.

¹¹⁵ Guilhermina LOBATO MIRANDA, Sara BAHIA, org., *Psicologia da Educação: Temas de desenvolvimento, aprendizagem e ensino*, Relógio D’Água, 2ª Edição, Lisboa, 2010, p. 89: «Se estivermos interessados em promover o desenvolvimento moral das crianças e dos jovens parece que devíamos atender, pelo menos, aos seguintes aspetos: proporcionar-lhes oportunidades de descentração, de preferência a situações de respeito unilateral e mera obediência; confrontá-los com perspetivas diferentes na solução de

Não sendo tarefa exclusiva da EMRC, educar para o valor e significado do corpo humano bem como para os valores enunciados anteriormente, é inclusiva e especialmente um dever seu em virtude das metas e finalidades que sustentam esta disciplina¹¹⁶. Nesse sentido, ao propor no conjunto das aulas desta UL1 uma aula especificamente dedicada ao papel da EMRC na educação para a corporeidade, pretende-se transmitir aos alunos não uma opinião pessoal do professor sobre a sua disciplina, mas toda uma visão existencial cristã que ela transporta e defende como útil, necessária e coerentemente possível.

Para a lecionação da Unidade Letiva 1 ‘O Amor’ propõe-se um conjunto de sete tempos letivos ao longo dos quais serão apresentados alguns dos conteúdos já previstos no Programa de EMRC de 2014, bem como conteúdos específicos que nos parecem pertinentes no contexto da nossa proposta de lecionação. Procedemos essencialmente à introdução de alguns conceitos e materiais diretamente ligados à teologia do corpo do Papa João Paulo II.

É certo que os conteúdos propostos pelo Programa têm subjacentes os princípios básicos defendidos pela antropologia teológica cristã que, por seu lado, é aquela apresentada e defendida pelo Papa João Paulo II. Contudo, não deixa de ser interessante que os alunos, ao contactar com tais conteúdos, possam ter acesso a conceitos-chave originais, que lhes permitam uma leitura mais global e esclarecida dos conteúdos lecionados e atinjam os objetivos pretendidos com maior capacidade e possibilidade de aprendizagens significativas.

2. Metas e objetivos da Unidade Letiva

Concretizando, depois de termos referido o tema, o público-alvo e os motivos que nos levaram a optar por trabalhar esta Unidade Letiva, queremos clarificar o conjunto dos objetivos, em concordância com as metas curriculares definidas para a disciplina de EMRC, que servirão de suporte para os conteúdos a lecionar aula a aula.

problemas do dia-a-dia, em especial dos que envolvem questões de justiça; responsabilizá-los pela construção de contextos onde a justiça seja vista e tomada como princípio máximo da moralidade. Uma educação oral baseada nestes aspetos será certamente uma educação orientada para uma sociedade justa e boa.»

¹¹⁶ Podem ser consultadas em: SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Aprovado pela Conferência Episcopal Portuguesa em Assembleia Plenária, abril de 2014.

Como dissemos no início deste capítulo, não nos move a ambição de apresentar uma proposta que altere completamente aquela que é feita pelo atual Programa da disciplina. Assim, enquadramos a nossa proposta numa linha de continuidade e enriquecimento de alguns dos seus objetivos, bem como da forma em que se dispõem.¹¹⁷

8º Ano – Unidade Letiva – O Amor	
METAS	OBJETIVOS
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.	1. Reconhecer a sexualidade, a fecundidade e o amor humano como essenciais à realização da pessoa. Entender a sexualidade como dom recebido e partilhado.
M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais.	2. Relacionar os dados das ciências sobre o planeamento familiar com a interpretação cristã da realidade e da pessoa humana.
H. Articular uma perspetiva sobre as principais propostas doutrinárias da Igreja Católica.	3. Organizar um universo de valores fundado na perspetiva cristã e na liberdade responsável de cada pessoa. Reconhecer o corpo como realidade reveladora de um projeto original. Entender a finalidade última da originalidade do corpo.

¹¹⁷ SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Aprovado pela Conferência Episcopal Portuguesa em Assembleia Plenária, abril de 2014, 9: «Objetivos programáticos – enunciados do tipo de resultados e aprendizagem que se esperam da lecionação de determinados conjuntos de conteúdos, descrevem a intenção do professor em relação ao desenvolvimento e à mudança pretendidos no aluno; redigidos a partir das ações que os alunos devem concretamente realizar, são mensuráveis através dos instrumentos de avaliação adequados; organizam-se a partir das **Metas Curriculares** tal como organizadas para os **Domínios** definidos.»

F. Conhecer a mensagem e cultura cristãs.	4. Descobrir a mensagem cristã sobre o amor e a fecundidade, reconhecendo as suas implicações na prática da vida quotidiana.
O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.	5. Desenvolver uma atitude responsável perante a sexualidade.

3. Conteúdos Específicos da Unidade Letiva

À luz dos objetivos traçados nesta proposta, faremos de seguida a explanação dos conteúdos específicos, aula a aula, de forma a possibilitar uma melhor compreensão global do que é pretendido.¹¹⁸

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- **A disciplina de EMRC e o seu papel na apresentação de uma antropologia ‘adequada’:**
 - . **Papa João Paulo II e o seu contributo para a compreensão da sexualidade humana;**
 - . **Catequeses sobre a teologia do corpo: em que consistem e qual o seu principal objetivo;**
- **Conceito de pessoa – ser aberto aos outros – ao Amor.**
- **Homem e mulher – uma dádiva mútua – criados pelo e para o Amor.**
- **Amor e fecundidade humana – sinais de uma ‘semelhança’ criada.**
- . **Fecundidade é fruto do amor, todo o amor é fecundo e criativo;**

¹¹⁸ SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Aprovado pela Conferência Episcopal Portuguesa em Assembleia Plenária, abril de 2014, 9: «O Programa de EMRC organiza-se por *Níveis de Ensino* e para cada nível de ensino foram determinadas **Unidades Letivas**. Cada uma das Unidades Letivas desenvolve-se em **Objetivos Programáticos de Unidade** que operacionalizam a aprendizagem dos **conteúdos específicos** do tema de cada Unidade Letiva. A articulação de Objetivos e Conteúdos deve conduzir o professor à adequada determinação de estratégias/atividades de aprendizagem e fornecer os elementos necessários à seleção e elaboração dos instrumentos de avaliação. Para tal, poderá ser necessário definir **padrões de desempenho**.»

- . O amor autêntico abre à construção da família e à relação com os outros;**
- A fecundidade sexual – fruto da complementaridade de homem e mulher.**
- . Realização pessoal;**
- . Sobrevivência da espécie;**
- . Participação na construção da sociedade.**

- Noção de planeamento familiar;**
- Os métodos anticoncepcionais:**
 - . Sua eficácia;**
 - . Vantagens e desvantagens;**
 - . Limitações éticas.**

- Teologia do corpo e ideologia de género;**
 - . Duas concepções de pessoa;**
 - . Perspetiva horizontal da ideologia de género;**
 - . Perspetiva ‘adequada’ da teologia do corpo;**
- A pessoa humana reconhece-se portadora de uma verdade inscrita na sua sexualidade;**
- A vivência da plenitude do ato sexual: união, relação pessoal e procriação;**
- Paternidade e maternidade responsáveis;**
- O discernimento responsável do casal.**

- A fecundidade como bênção de Deus: Sl 127 [126]**
- Os filhos como dádivas de Deus: Sl 128 [127]**
- A aceitação da vontade de Deus e o amor edificam a família universal: Mc 3, 31-35.**

- O corpo como lugar de realização pessoal:**
 - . Corpo como ‘lugar sagrado’, que deve ser respeitado;**
 - . Sexualidade humana como elemento fundamental da doação amorosa e fiel;**

- Responsabilidade pessoal por si e pelos outros na vivência da sexualidade:

. Podemos sempre adotar uma posição mais responsável, mesmo quando anteriormente agimos sem uma boa reflexão.

4. Planificação e descrição dos tempos letivos

Após a apresentação gráfica daquelas que são as metas e os objetivos da UL passo a descrever, em jeito de proposta, as planificações das aulas que servirão de base à lecionação do professor de EMRC no contexto de uma turma do oitavo ano de escolaridade.

Primeiramente, é necessário referi-lo, o professor deverá ter em conta o contexto e características dos alunos que tem diante de si para, num segundo momento, proceder à respetiva adaptação das estratégias a utilizar na sala de aula, bem como à seleção dos conteúdos que lhe parecem mais significativos e oportunos para a realização de boas aprendizagens por parte dos destinatários da tarefa educativa. Para isso, propõe-se que, num primeiro contacto com a turma, o professor procure estabelecer uma ligação pessoal com cada um dos discentes de forma a reconhecer e identificar possíveis caminhos a seguir.

Esta proposta de lecionação insere-se num período temporal que vai desde início das atividades letivas [início do 1º período] até ao natal [final do 1º período]. Assim, a conclusão da unidade letiva coincidirá com o apelo por parte do professor à vivência do natal na perspetiva da ‘encarnação’ do Deus que se faz ‘corpo’ por amor, sendo Ele a origem e o paradigma do verdadeiro amor humano. Com esta conclusão, os alunos deverão poder atingir o âmago e o fundamento da teologia do corpo: ‘*o Verbo feito carne, por amor*’.

A avaliação da UL será realizada de forma contínua, através do registo da colaboração e participação nas atividades propostas ao longo dos tempos letivos, bem como na observação, pelo professor, das atitudes resultantes do processo de ensino-aprendizagem, expressas pelos discentes.

Primeiro tempo letivo

Chamaremos a esta primeira aula, aula de conhecimento e motivação, isto é, aquela que permitirá ao professor reconhecer os alunos e vice-versa, sem a introdução de quaisquer conteúdos programáticos.

Isto torna-se fundamental como primeira abordagem uma vez que é o primeiro contacto do ano letivo, e aquele que proporcionará a empatia necessária para o sucesso e desenrolar de todo o ano. Propõe-se, neste momento, uma dinâmica de apresentação individual por meio da qual todos sejam apresentados pelos companheiros de carteira, por exemplo, para que o professor antevêja o nível de conhecimento e relacionamento existente entre os alunos. No caso de existirem alunos novos no contexto do grupo, pedir-se-á que façam uma apresentação pessoal, à qual o professor acrescentará um cunho pessoal, e de grupo, de ‘boas-vindas’. O objetivo é fazer com que todos, e cada um, se sintam reconhecidos e aceites. Também o próprio professor assumirá, desde o início, uma postura de confiança perante a turma na apresentação que fará de si mesmo. Nesta aula, atingido tal objetivo, atingiu-se o centro nevrálgico para o feliz desenvolvimento do ano letivo. Pode, ainda, o professor pedir aos alunos que realizem, por escrito, uma síntese das motivações e expectativas relativamente à disciplina e, mais especificamente, do ano em questão. A síntese será entregue ao professor no final da aula.

Terminar-se-á a primeira aula com o registo do sumário no quadro: ‘Apresentação dos alunos e do professor; motivações e expectativas sobre a EMRC.’

Segundo tempo letivo

Na segunda aula valorizar-se-á a **meta curricular Q** – Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.

Nesta aula serão trabalhados os seguintes **conteúdos específicos**: - A disciplina de EMRC e o seu papel na apresentação de uma antropologia ‘adequada’: Papa João Paulo II e o seu contributo para a compreensão da sexualidade humana; Catequeses sobre a teologia do corpo: em que consistem e qual o seu principal objetivo; Conceito de pessoa – ser aberto aos outros – ao Amor.

A aula iniciará com um breve acolhimento aos alunos, seguido da chamada e registo das presenças. De seguida, o professor fará a apresentação global da UL com os conteúdos específicos que serão trabalhados nas próximas seis aulas, tendo em conta a temática geral da UL ‘O Amor’.

Primeiramente, o professor pedirá aos alunos que digam o que entendem ser o significado da palavra ‘amor’. Será realizada uma ‘chuva de ideias’ no quadro, no centro da qual está a palavra que resume a UL.

Depois de ouvidos e registados os significados apontados pelos alunos, o professor avançará com a apresentação em *PowerPoint* onde se evidencie uma imagem do Papa João Paulo II com a legenda ‘Teologia do Corpo – O amor humano no plano divino’. Partindo deste diapositivo será explicado aos alunos o contributo que este Papa oferece no que diz respeito à interpretação sobre o amor humano, o seu significado e as suas exigências. Será feita a contextualização histórica da vida e obra de João Paulo II, com especial ênfase para as suas catequeses sobre a teologia do corpo – os alunos deverão saber de quando a quando estas foram proferidas, quantas são, e qual o seu principal objetivo.

Seguidamente, apresentar-se-á, num documento em papel, a citação de um trecho de uma das catequeses em que o Papa refere explicitamente o significado da expressão ‘teologia do corpo’, realçando sobretudo o papel ‘pedagógico’ do corpo: catequese 59 ‘*Pedagogia do corpo, ordem moral, manifestações afetivas*’¹¹⁹. Esta catequese servirá de documento de fundo para a apresentação desta primeira aula de modo a que os alunos adquiram, à luz da perspectiva de João Paulo II, um conhecimento dos pressupostos básicos da teologia do corpo e das suas consequentes aplicações à realidade humana.

¹¹⁹ JOÃO PAULO II, *Teologia do corpo – o Amor Humano no Plano Divino*, Coord. Pe. Miguel Pereira, Alêtheia Editores, Lisboa, 2013, *Catequese 59*: «2. Se o apelo de Cristo ao ‘coração’ humano e, ainda antes, o seu apelo ao ‘princípio’, nos permitem construir, ou pelo menos delinear, uma antropologia que possamos chamar ‘teologia do corpo’, uma tal teologia é, ao mesmo tempo, pedagogia. A pedagogia tende a educar o homem, pondo diante dele as exigências, motivando-o, e indicando os caminhos que conduzem à sua realização. Os enunciados de Cristo têm também este fim: são enunciados pedagógicos. Eles contêm uma pedagogia do corpo, expressa de forma concisa e, simultaneamente, de modo extraordinariamente completa. Quer a resposta dada aos fariseus quanto à indissolubilidade do matrimónio, quer às palavras do Sermão da Montanha a respeito do controlo da concupiscência, demonstram – pelo menos indiretamente – que o Criador assinalou como tarefa ao homem o corpo, a sua masculinidade e feminilidade e que na masculinidade e feminilidade assinalou-lhe, em certo sentido, uma tarefa, a sua humanidade, a dignidade de pessoa, e também o sinal transparente da ‘comunhão’ interpessoal, na qual o homem se realiza a si mesmo através do autêntico dom de si. Colocando diante do homem as exigências correspondentes às tarefas a ele confiadas, o Criador indicou, simultaneamente, ao homem, varão e mulher, os caminhos que levam a assumi-las e a realizá-las.

3. Analisando estes textos-chave da Bíblia, até à própria raiz dos significados que encerram, descobrimos precisamente aquela antropologia que pode ser denominada ‘teologia do corpo’. E é esta teologia do corpo que se encontra na base do método mais apropriado da pedagogia do corpo, isto é, da educação (ou melhor, da auto-educação) do homem. Isto adquire uma particular atualidade para o homem contemporâneo, cuja ciência no campo da biofisiologia e da biomedicina muito progrediu. Todavia, esta ciência trata o homem sob um determinado ‘aspecto’ e, portanto, é mais parcial do que global. Conhecemos bem as funções do corpo como organismo, as funções ligadas à masculinidade e à feminilidade da pessoa humana. Mas, tal ciência, por si própria, não desenvolve ainda a consciência do corpo como sinal da pessoa, como manifestação do espírito.[...]

Após a distribuição, e leitura, do trecho da *catequese*, o professor deverá pedir aos alunos que apresentem as suas conclusões a partir própria interpretação feita, relativamente ao significado da expressão ‘teologia do corpo’ e em que medida ela contribui para a compreensão do amor humano espelhado na masculinidade e feminilidade. Escutadas as conclusões dos alunos, o professor procederá à realização de uma síntese, em *PowerPoint*, onde estejam retratadas as ideias basilares do documento oferecido aos alunos, tais como: teologia do corpo; papel pedagógico do corpo; pessoa realizada na masculinidade e feminilidade – aberta ao outro, ao Amor.

Para finalizar a aula, o professor lançará como ‘questão-síntese’ a seguinte expressão: A EMRC, a nossa disciplina, tem um contributo a oferecer sobre o significado da sexualidade e do amor humanos. Tendo em conta o tema da aula de hoje, apresenta alguns argumentos que sustentem a afirmação.

Esta questão deverá ser registada no caderno diário pelos alunos, e respondida em casa, para na aula seguinte proceder-se ao seu início com uma síntese elaborada pelos próprios.

Finalmente, o professor registará o sumário no quadro: ‘A pessoa humana: um ser aberto aos outros e ao Amor – contributos da teologia do corpo do Papa João Paulo II.’

Terceiro tempo letivo

Na terceira aula, tendo em conta os conteúdos programáticos, será valorizada a **meta curricular Q** – Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.

Conteúdos específicos: Amor e fecundidade – sinais de uma ‘semelhança’ criada: fecundidade é fruto do amor, todo o amor é fecundo e criativo; o amor autêntico abre à construção da família e à relação com os outros; fecundidade sexual – fruto da complementaridade de homem e mulher: realização pessoal; sobrevivência da espécie; participação na construção da sociedade.

A segunda aula iniciará com o acolhimento aos alunos. De seguida, o professor pedirá aos discentes que apresentem aleatoriamente as sínteses que elaboraram a partir do documento facultado no final da aula anterior, bem como da ‘questão-síntese’ lançada para trabalho de casa. Escutadas as participações dos alunos, o professor deverá realçar aquelas que lhe pareçam mais pertinentes para a introdução do tema da segunda aula,

tendo em conta que deverá existir uma sequência lógica e bem interligada entre aulas e respetivos conteúdos lecionados.

Desta forma, logo de seguida, o professor explicará aos alunos que a realidade do ‘amor’ é algo absolutamente fundamental para a existência e convivência entre as pessoas e que sem ela a existência torna-se ‘vazia’, ‘sem sentido’ e ‘inabitável’. Para solidificar o que foi dito apresentará aos alunos um vídeo que tem por título ‘É urgente o amor’. A partir da visualização do vídeo, abrir-se-á espaço para o diálogo, deixando que os alunos expressem as conclusões retiradas da visualização.

Após o momento de discussão e partilha das conclusões da turma, o professor proporá aos alunos que abram o manual na página 15 e leiam o documento 7 ‘Aprender a amar’.¹²⁰ Do documento referido, os alunos deverão escolher uma frase, aquela que mais os tocou, e, a partir dela, construir/ representar, numa folha A4, um símbolo que identifique a mensagem central daí retirada. O objetivo desta atividade é preencher um mural na sala de aula com o resultado de todos os trabalhos, cujo título, preparado de antemão pelo professor, será: ‘É possível aprender a amar’.

Terminado o tempo, e caso algum aluno necessite de mais tempo para a realização da atividade, poderá concluí-la em casa. A aula seguinte iniciará exatamente com a síntese da anterior e com a exposição, no mural, dos diferentes trabalhos.

Para concluir, o professor regista no quadro o sumário da aula: ‘Amor e fecundidade humana; modos de habitar a existência.’

Quarto tempo letivo

Na quarta aula, centrar-se-á a atenção na **meta curricular M** – Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.

¹²⁰ SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Quero descobrir – 8º ano*, SNEC, Lisboa, 2015, 15: «Doc. 7 – *Aprender a amar* - Amar não é apoderar-se do outro para se completar, mas sim dar-se ao outro para o completar. Estarás pronto a amar autenticamente quando a tua necessidade e, sobretudo, a tua vontade de dar forem mais fortes que a tua vontade e necessidade de receber.

São necessários muitos anos de estudo para entrar na faculdade; porquê não admitir que é necessário muito tempo para se preparar para amar?

As paixões do adolescente não são amor: são a agitação do rapaz que encontra a feminilidade (e não determinada rapariga), a emoção da jovem que encontra a virilidade (e não determinado rapaz). Misterioso choque de todo o ser, que descobre o que lhe falta para se expandir. Aquele que, enganado por essa forte emoção, constrói um lar, constrói-o sobre a areia.

Aprender a amar, não é fazer muitas experiências; é respeitares-te e respeitares todos os outros, para seres capaz de respeitar profundamente o corpo e a pessoa de um outro; é conquistares-te para te poderes dar a um outro; é esqueceres-te para não te apoderares de um outro, mas sim ofereceres-te; é abrires-te aos outros, aceites os outros, compreenderes os outros, permutares com os outros, para poderes acolher um outro.»

Conteúdos específicos: Noção de planeamento familiar; Os métodos anticoncepcionais: sua eficácia; vantagens e limitações éticas.

A aula iniciará com o acolhimento aos discentes.

Seguidamente, o professor pedirá aos alunos o resultado dos trabalhos da aula anterior. A síntese desta aula nasce a partir dos contributos e sensibilidades dos próprios alunos que exprimem, no trabalho, o que mais os fascinou perante a leitura do documento 7 ‘Aprender a amar’. Feita a síntese, os trabalhos serão colocados no mural e aí devem permanecer até à conclusão da Unidade Letiva. Além de constituírem o resultado de uma aprendizagem dos alunos de EMRC, estes trabalhos funcionarão como uma espécie de interpelação para aqueles que não frequentam a disciplina, mas têm contacto, ainda que indireto, com a mesma. Este método, podemos confirmá-lo por experiência noutros anos escolares, funciona relativamente bem e surte as reações mais diversas e felizes, pedagogicamente falando. Inclusivamente, os docentes de outras disciplinas manifestam agrado no que diz respeito à criação de murais com mensagens, gráficas ou pictóricas, de teor educativo e transversalmente aceite.

Terminada a exposição dos trabalhos, o professor fará a passagem da questão do ‘amor enquanto aprendizagem’, para as consequências práticas que essa aprendizagem exige. Neste caso, avançará para projeção de um *PowerPoint* onde constará a questão: ‘Métodos anticoncepcionais: apelo ou fuga do verdadeiro amor?’ A partir desta questão, o professor desenvolverá uma breve exposição relativamente ao significado da conceção e das relações sexuais enquanto abertura ao amor e à vida, por parte do casal de forma responsável.

De seguida, projetará, em *PowerPoint*, um esquema dos diferentes métodos anticoncepcionais de forma a que os alunos os conheçam e saibam quais as suas implicações. O professor pedirá, neste momento, aos alunos que abram o manual nas páginas 22 e 23¹²¹ e sigam o esquema aí apresentado como forma de sintetizar o que é explanado. Chamará a atenção especialmente para a última coluna onde é dito que ‘Nenhum método de planeamento familiar é 100% eficaz’. A partir dessa coluna, o professor deverá fazer sobressair a questão ética associada à utilização dos diferentes métodos, permitindo aos alunos reconhecerem que na ótica cristã, acima de tudo, encontram-se alguns valores éticos, como a ‘inviolabilidade da vida humana e o respeito

¹²¹ SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Quero descobrir – 8º ano*, SNEC, Lisboa, 2015, 22-23.

pela dignidade do homem, da mulher e da criança que pode nascer’, que não podem ser ignorados ou desprezados.

Como síntese da aula, o professor solicitará aos alunos que elaborem uma breve exposição, por escrito, dos principais métodos anticoncepcionais e descrevam, segundo o que aprenderam, em que medida alguns deles poderão violar o respeito pela dignidade da vida humana.

Realizada esta tarefa, e a conseqüente partilha de perspetivas, o professor registrará o sumário no quadro: ‘Os diferentes métodos anticoncepcionais e a vivência do amor no respeito pela dignidade da vida humana.’

Quinto tempo letivo

Na quinta aula, valorizar-se-á a **meta curricular H** – Articular uma perspetiva sobre as principais propostas doutrinárias da Igreja Católica.

Conteúdos específicos: Teologia do corpo e ideologia de género: duas concepções de pessoa; perspetiva horizontal da ideologia de género; perspetiva ‘adequada’ da teologia do corpo; A pessoa humana reconhece-se portadora de uma verdade inscrita na sua sexualidade; família – célula da sociedade.

No início da aula será feito o acolhimento aos alunos.

Depois, o professor deverá pedir aos alunos uma breve síntese da aula anterior de modo a poder estabelecer uma ponte entre os conteúdos. Para isso, e depois de ouvir os discentes, projetará um diapositivo com as imagens sobre a ‘família’ presentes no manual, na página 19 – entretanto pedirá aos alunos que abram o manual nas páginas 18 e 19.

Depois desta primeira abordagem, recordará a turma do que foi apresentado na primeira aula relativamente à ‘teologia do corpo’, de seguida, distribuirá por metade da turma um trecho do texto da Conferência Episcopal Portuguesa sobre a ideologia de género – ‘Pressupostos da ideologia de género’¹²²; e à outra metade da turma, outro

¹²² CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral a propósito da Ideologia do género*, CEP, 2013, 3: «Esta teoria parte da distinção entre sexo e género, forçando a oposição entre natureza e cultura. O sexo assinala a condição natural e biológica da diferença física entre homem e mulher. O género baliza a construção histórico-cultural da identidade masculina e feminina. Mas, partindo da célebre frase de Simone de Beauvoir, «uma mulher não nasce mulher, torna-se mulher», a ideologia do género considera que somos homens ou mulheres não na base da dimensão biológica em que nascemos, mas nos tornamos tais de acordo com o processo de socialização (da interiorização dos comportamentos, funções e papéis que a sociedade e cultura nos distribui). Papéis que, para estas teorias, são injustos e artificiais. Por conseguinte, o género deve sobrepor-se ao sexo e a cultura deve impor-se à natureza.

Como, para esta ideologia, o género é uma construção social, este pode ser desconstruído e reconstruído. Se a diferença sexual entre homem e mulher está na base da opressão desta, então qualquer forma de

trecho da mesma carta – ‘Homem e mulher chamados à comunhão’¹²³. Após a distribuição dos textos, será dado aos alunos um espaço de tempo de quinze minutos para que possam realizar uma leitura atenta dos respectivos textos e, de seguida, apresentem as conclusões e argumentos dos dois textos. Não interessa, nesta altura, traçar juízos sobre os argumentos de um e outro texto, senão tão-somente que os alunos possam comparar perspectivas e discutir as posições dos mesmos.

De seguida, o professor apresentará em *PowerPoint* um quadro comparativo das duas visões. De um lado a visão da ideologia de género, de outro, a perspectiva da teologia do corpo com os pressupostos básicos referentes à conceção de pessoa, homem e mulher, e família.

Finalmente, pedirá aos alunos que elaborem, como trabalho de casa, uma entrevista a pessoas conhecidas com as seguintes questões: ‘Sabe em que consiste a ideologia de género? Conhece as ideias que esta defende? Qual a posição do cristianismo relativamente à ideologia de género? Sobre os temas da sexualidade, da pessoa humana e da família, o que nos diz a Igreja Católica?’

definição de uma especificidade feminina é opressora para a mulher. Por isso, para os defensores do gender, a maternidade, como especificidade feminina, é sempre uma discriminação injusta. Para superar essa opressão, recusa-se a diferenciação sexual natural e reconduz-se o género à escolha individual. O género não tem de corresponder ao sexo, mas pertence a uma escolha subjetiva, ditada por instintos, impulsos, preferências e interesses, o que vai para além dos dados naturais e objetivos.

O *gender* sustenta a irrelevância da diferença sexual na construção da identidade e, por consequência, também a irrelevância dessa diferença nas relações interpessoais, nas uniões conjugais e na constituição da família. Se é indiferente a escolha do género a nível individual, podendo escolher-se ser homem ou mulher independentemente dos dados naturais, também é indiferente a escolha de se ligar a pessoas de outro ou do mesmo sexo. Daqui a equiparação entre uniões heterossexuais e homossexuais. Ao modelo da família heterossexual sucedem-se vários tipos de família, tantas quantas as preferências individuais, para além de qualquer modelo de referência. Deixa de se falar em família e passa a falar-se em famílias. Privilegiar a união heterossexual afigura-se-lhe uma forma de discriminação. Igualmente, deixa de se falar em paternidade e maternidade e passa a falar-se, exclusivamente, em parentalidade, criando um conceito abstrato, pois desligado da geração biológica.»

¹²³ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral a propósito da Ideologia do género*, CEP, 2013, 6: «A diferenciação sexual inscrita no desígnio da criação tem um sentido que a ideologia do género ignora. Reconhecê-la e valorizá-la é assegurar o limite e a insuficiência de cada um dos sexos, é aceitar que cada um deles não exprime o humano em toda a sua riqueza e plenitude. É admitir a estrutura relacional da pessoa humana e que só na relação e na comunhão (no ser para o outro) esta se realiza plenamente.

Essa comunhão constrói-se a partir da diferença. A mais básica e fundamental, que é a de sexos, não é um obstáculo à comunhão, não é uma fonte de oposição e conflito, mas uma ocasião de enriquecimento recíproco. O homem e a mulher são chamados à comunhão porque só ela os completa e permite a continuação da espécie, através da geração de novas vidas. Faz parte da maravilha do desígnio da criação. Não é, como tal, algo a corrigir ou contrariar.

A sociedade edifica-se a partir desta colaboração entre as dimensões masculina e feminina. Em primeiro lugar, na sua célula básica, a família. É esta quem garante a renovação da sociedade através da geração de novas vidas e assegura o equilíbrio harmonioso e complexo da educação das novas gerações. Por isso, nunca um ou mais pais podem substituir uma mãe, e nunca uma ou mais mães podem substituir um pai.»

Este inquérito tem como objetivo levar os adolescentes a questionar-se, e questionar outras pessoas, sobre uma perspetiva que não é única e para a qual existe uma alternativa consistente, defendida há séculos com respeito à verdadeira natureza do ser humano.

Os inquéritos serão objeto de análise no início da aula seguinte.

A aula terminará com o registo do sumário no quadro: ‘Teologia do corpo e ideologia de género – duas conceções distintas sobre a pessoa humana e a família.’

Sexto tempo letivo

Na sexta aula, será valorizada a **meta curricular H** – Articular uma perspetiva sobre as principais propostas doutrinárias da Igreja Católica;

Conteúdos específicos: A vivência da plenitude do ato sexual: união, relação pessoal e procriação; Paternidade e maternidade responsáveis; O discernimento responsável do casal.

A aula inicia com o acolhimento à turma.

De seguida, o professor pedirá aos alunos que apresentem os resultados dos inquéritos realizados em trabalho de casa. Após a apresentação dos resultados, abrir-se-á espaço de discussão sobre os mesmos. Aqui, o professor deverá permitir que os discentes discutam sobre as diferentes respostas obtidas e, finalmente, façam, eles mesmos, uma avaliação dos resultados no sentido de perceberem a que nível as pessoas questionadas estão preparadas para responder a este tipo de questões específicas.

O objetivo desta discussão é conduzir os alunos à conclusão de que o tema do ‘género’ pode ser questionado e apresentadas visões distintas dele.

Seguidamente, será pedido aos alunos que abram o manual na página 20 de forma a introduzir o tema da aula, ‘paternidade e maternidade responsáveis’. O professor pedirá a um aluno que leia o texto que é proposto pelo manual e, de seguida, projetará em *PowerPoint* a seguinte questão: ‘A que critério deverá obedecer o planeamento familiar?’. Oferecer-se-á algum tempo de discussão aos alunos que, tendo em conta o texto lido, apresentarão as suas respostas. Depois de ouvidas as respostas, o professor prosseguirá com uma outra questão. Agora relativa à vivência da sexualidade pelo casal, para isso pedirá aos alunos que analisem a tabela que se encontra na página 18 do manual, ‘Sexualidade com amor *versus* sexualidade sem amor’. De seguida, o professor distribuirá

o documento 13, que se encontra na página 24 do manual, sobre a ‘Educação sexual’.¹²⁴ Será dado tempo suficiente para a sua leitura e posterior reflexão. Partindo daqui, os alunos deverão estar preparados para responder à questão-síntese projetada em *PowerPoint*: ‘O que entendes por planeamento familiar e por educação sexual?’ A resposta à questão deverá ser realizada em casa. Os alunos serão convidados a lançar o desafio aos pais no sentido destes os ajudarem a responder à questão. As respostas serão apresentadas no início da aula seguinte.

A aula terminará com o registo do sumário no quadro: ‘Paternidade e maternidade responsáveis: fruto da vivência da sexualidade à luz do amor autêntico.’

Sétimo tempo letivo

Na sétima aula centrar-se-á a atenção na meta **curricular O** – Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.

Conteúdos específicos: O corpo como lugar da realização pessoal: corpo como ‘lugar sagrado’ que deve ser respeitado; sexualidade humana como elemento fundamental da doação amorosa e fiel; Responsabilidade pessoal por si e pelos outros na vivência da sexualidade: podemos sempre adotar uma posição mais responsável, mesmo quando anteriormente agimos sem uma boa reflexão.

A aula iniciar-se-á com o acolhimento aos alunos.

Após o acolhimento, o professor deverá requerer aos alunos uma breve síntese dos principais conteúdos abordados na aula anterior, bem como a apresentação dos resultados do trabalho feito em casa conjuntamente com os pais.

O professor começará por questionar os alunos sobre as principais dificuldades sentidas na realização do trabalho pretendido.

¹²⁴ SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Quero descobrir – 8º ano*, SNEC, Lisboa, 2015, 24: «Documento 13 – Educação sexual - A imagem que se pretende comunicar através da maioria das campanhas de ‘educação sexual’ é absolutamente falsa. Os jovens que aí aparecem respiram saúde e alegria. No entanto, não é de todo a verdade daqueles que enveredam por semelhante opção. Vida não é andar por aí com um preservativo em cada mão, para aproveitar as oportunidades que surjam na próxima esquina. Uma análise e investigação real e autêntica nestes domínios mostrariam muita frustração, dor, recalçamento, complexos, vazio e ilusão. O sexo não é apenas uma relação física, não existe preservativo que torne alguém imune às consequências emocionais e afetivas de uma vida sexual com vários parceiros e precocemente iniciada. O sexo não pode ser encarado apenas pela vertente do prazer, sem ter em conta o que representa de responsabilidade e compromisso, que só se pode realizar plenamente no casamento. É preciso coragem para assumir o que não está na moda, mas que melhor defende as expectativas de um futuro maravilhoso. O verdadeiro sexo seguro é aquele que é vivido no contexto da família, na harmonia de um relacionamento de amor autêntico e genuíno que se conjuga com fidelidade e responsabilidade.»

Escutadas as intervenções dos alunos, o professor avançará para a apresentação de um *PowerPoint* onde aparecerá o título ‘A alegria do amor’. Partindo desta frase, o professor desenvolverá uma reflexão com os alunos no sentido de os consciencializar de que o amor, vivido com responsabilidade, é capaz de trazer grande felicidade à existência dos que se deixam guiar por ele. Pedirá aos alunos que abram o manual na página 28 e 29 do manual e focará a sua atenção no quadro-síntese que se encontra no final da página, no qual se encontra um conjunto de características definidoras do que é ser responsável.¹²⁵

De seguida, e como síntese conclusiva da unidade letiva, o professor apresentará um vídeo com o título ‘Humano amor de Deus’¹²⁶. Neste vídeo pode ser escutada uma letra e música, acompanhada de imagens, que ilustra a natureza do amor autêntico e oblativo que, à luz da perspetiva cristã, tem origem no Amor de Deus. A letra da música que é proposta neste vídeo, com apenas quatro minutos, retrata perfeitamente, de forma global, o que foi abordado ao longo da unidade letiva.

Depois da visualização do vídeo ‘Humano amor de Deus’, o professor distribuirá aos alunos, em papel colorido do tipo-marcador, o documento 14 que se encontra na página 30 do manual.¹²⁷ Desta forma, proporcionará aos alunos a possibilidade de refletirem sobre a origem do amor humano e qual o seu sentido último, no respeito por si mesmo e pelos outros.

A acrescentar à reflexão proposta anteriormente, o professor colocará diante dos alunos uma imagem, com cerca de 20-30cm, do Menino Jesus e fará, partindo da sua observação, uma síntese do significado do natal enquanto celebração do Deus-Amor que assume a corporeidade humana para a ‘*elevantar*’ rumo à meta do Amor divino.

Como tarefa finalizadora da UL, o professor procederá à distribuição de um puzzle com peças em branco e das quais os alunos deverão fazer resultar uma mensagem, quer

¹²⁵ Sou responsável quando:

- . reflito antes de agir;
- . pondero as consequências das minhas ações;
- . atuo cuidadosamente;
- . assumo os meus atos e palavras, independentemente das suas consequências;
- . aprendo com os erros e adoto uma posição mais refletida depois de atitudes inconscientes.

¹²⁶ https://www.youtube.com/watch?v=SPxwCPT_fzs

¹²⁷ SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Quero descobrir – 8º ano*, SNEC, Lisboa, 2015, 30: «Documento 14 – *Deus é amor* - Creio que Deus é amor. Creio que Deus é bondade infinita, porque é amor infinito. Creio que a criação é fruto do amor, porque o amor quer-nos fazer participar na sua bondade. Creio que todo o homem, mesmo antes de o ser, foi amado, pessoal e infinitamente, por Deus, e sê-lo-á sempre, quaisquer que sejam o seu rosto e os caminhos da sua vida. Creio mesmo que o homem foi pensado pelo amor de Deus e que a ‘imagem de Deus nele pode ser desfigurada, mas não destruída. Creio que o homem, feito por amor, foi criado para o amor, e, portanto, livre, e convidado à felicidade infinita do amor. Creio que, com Jesus Cristo, viver é amar sob o sopro do Espírito. E creio que o amor não pode morrer, porque vem de Deus e volta para Deus.»

por meio da pintura, quer por meio de mensagens escritas, que aluda ao significado do natal cristão enquanto celebração da ‘*encarnação*’ do Amor. Terminado o trabalho, este deverá ser exposto num lugar de destaque na escola.

Finalmente, por escrito, os alunos apresentarão a sua autoavaliação e dar-se-á por terminada a leção desta UL.

5. Proposta de revisão programática

O Programa de EMRC, de 2014, no que respeita ao 8º ano de escolaridade, propõe a leção de quatro Unidades Letivas: UL1 ‘O Amor’; UL 2 ‘O Ecumenismo’; UL 3 ‘A Liberdade’; UL 4 ‘Ecologia e valores’.

Parece-nos pertinente que, futuramente, se possa pensar na redução de quatro unidades letivas para três, sendo que a primeira [O Amor] e a última [Ecologia e valores] poderão formar um todo único e consequente na medida em que a ‘ecologia’, enquanto tal, não pode ser entendida sem uma verdadeira formação para a ‘ecologia humana’ defendida nas catequeses sobre a teologia do corpo do Papa João Paulo II.

A atualidade impõe-se no que diz respeito à sensibilidade ecológica e é disso testemunho a Carta Encíclica do Papa Francisco ‘*Laudato Si*’¹²⁸, que surge como apelo a uma ‘conversão ecológica’ dos nossos comportamentos em relação ao mundo criado. É urgente, segundo as palavras do Papa, educar para a ‘aliança entre a humanidade e o ambiente’. Desde a política, à família e à escola, todos somos responsáveis pela mudança de comportamentos e hábitos destrutivos, em vista de uma ecologia fundada no amor pela criação da qual somos parte integrante.¹²⁹ É chegado o momento de nos

¹²⁸ FRANCISCO, *Laudato Si*, Carta Encíclica, 2015.

¹²⁹ *Ibidem*, «210. L’educazione ambientale è andata allargando i suoi obiettivi. Se all’inizio era molto centrata sull’informazione scientifica e sulla presa di coscienza e prevenzione dei rischi ambientali, ora tende a includere una critica dei “miti” della modernità basati sulla ragione strumentale (individualismo, progresso indefinito, concorrenza, consumismo, mercato senza regole) e anche a recuperare i diversi livelli dell’equilibrio ecologico: quello interiore con sé stessi, quello solidale con gli altri, quello naturale con tutti gli esseri viventi, quello spirituale con Dio. L’educazione ambientale dovrebbe disporci a fare quel salto verso il Mistero, da cui un’etica ecologica trae il suo senso più profondo. D’altra parte ci sono educatori capaci di reimpostare gli itinerari pedagogici di un’etica ecologica, in modo che aiutino effettivamente a crescere nella solidarietà, nella responsabilità e nella cura basata sulla compassione. [...] 213. Gli ambiti educativi sono vari: la scuola, la famiglia, i mezzi di comunicazione, la catechesi, e altri. Una buona educazione scolastica nell’infanzia e nell’adolescenza pone semi che possono produrre effetti lungo tutta la vita. Ma desidero sottolineare l’importanza centrale della famiglia, perché «è il luogo in cui la vita, dono di Dio, può essere adeguatamente accolta e protetta contro i molteplici attacchi a cui è esposta, e può svilupparsi secondo le esigenze di un’autentica crescita umana. Contro la cosiddetta cultura della morte, la famiglia costituisce la sede della cultura della vita». Nella famiglia si coltivano le prime abitudini

consciencializarmos da necessidade de uma ‘ecologia integral’, que respeite a nossa ‘casa comum’ e da qual todos necessitamos para existir.

Não sendo esta a centralidade da nossa proposta letiva, fica como apelo para reflexão posterior e possível concretização de uma proposta de lecionação que vise apresentar uma visão de conjunto relativamente à ‘conversão ecológica’ exigida pelas atuais circunstâncias. Ecologia e teologia do corpo poderão corresponder a um todo complexo e, por isso, integrador de diferentes perspetivas.

di amore e cura per la vita, come per esempio l’uso corretto delle cose, l’ordine e la pulizia, il rispetto per l’ecosistema locale e la protezione di tutte le creature. La famiglia è il luogo della formazione integrale, dove si dispiegano i diversi aspetti, intimamente relazionati tra loro, della maturazione personale. Nella famiglia si impara a chiedere permesso senza prepotenza, a dire “grazie” come espressione di sentito apprezzamento per le cose che riceviamo, a dominare l’aggressività o l’avidità, e a chiedere scusa quando facciamo qualcosa di male. Questi piccoli gesti di sincera cortesia aiutano a costruire una cultura della vita condivisa e del rispetto per quanto ci circonda.»

CONCLUSÃO

Ao concluir este trabalho de investigação e proposta de lecionação no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada, parece-nos importante destacar, em primeiro lugar, três expressões-chave que resumem, na nossa perspetiva, a globalidade da apresentação realizada. São elas: *EMRC*, *Teologia do corpo* e, finalmente, *o Amor*.

Começamos exatamente pela última das três expressões e que, por se encontrar no final do enunciado, representa a universalidade de todo e qualquer trabalho realizado, quer em prol do bem comum, quer em vista de um bem mais ‘particular’ como o é um trabalho no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada. Significa isto que, antes da conclusão do que quer que façamos, e mais concretamente no âmbito da nossa investigação sobre a teologia do corpo do Papa João Paulo II e o seu contributo para a lecionação prescrita, se encontra uma atitude obrigatoriamente fundada num ato de Amor. De facto, e sem falsos moralismos, trabalhar pelo crescimento de ideais nobres como a justiça, a liberdade, a solidariedade e, em última instância, pelo enriquecimento de perspetivas que permitam ao ser humano amadurecer e frutificar na sua própria esfera ontológica, é um ato de profundo amor e respeito pela natureza que o Criador nos ofereceu experimentar. Deste modo, colocamos como expressão fundante deste trabalho a palavra ‘Amor’. Esta, além de ter movimentado as nossas energias na elaboração de uma proposta pedagógica e didática, resume e engloba tudo o que até aqui foi explicitado e recria infinitamente os objetivos e metas de qualquer empresa educativa, muito mais no contexto cultural e social do qual somos parte integrante e ativa. É de crer que um dos grandes e mais perigosos erros do nosso tempo consiste na separação entre o conhecimento e o amor, como se estas duas realidades não comungassem e completassem a única e una realidade que é o Homem.

Conhecer e amar são verbos que exprimem o significado mais profundo e inconfundível da pessoa humana, refletem a fecundidade típica da abertura ao outro, oblativa e confiante, de homens e mulheres, eternos buscadores do sentido. Por isso, e voltando ao tríptico desta conclusão, aludimos à segunda expressão-chave do nosso trabalho: o corpo e a sua teologia. Verdadeiramente, o corpo, segundo a antropologia de João Paulo II, e somente ele, é capaz de tornar visível aquela realidade invisível e divina, o mistério oculto e desconhecido do amor de Deus, agora, revelado na realidade física e espiritual humana. O corpo exprime uma verdadeira teologia porque exprime uma realidade que, incomensuravelmente, o ultrapassa, muito embora seja dela uma *imagem*

em busca de perfeição. Mas é por meio desse corpo, deveras corruptível, porém passível de incorruptibilidade, que o ser humano adquire e solidifica aquela vocação para a qual existe desde e para sempre.

Mediante esta busca de perfeição e enriquecimento constantes, espelhadas na vocação do e para amor, integramos a última das expressões chave: a sigla que define a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica [EMRC]. Com ela gostaríamos de expressar, não apenas mais uma nomenclatura disciplinar-escolar, mas também, e sobretudo, uma oportunidade de crescimento dos nossos alunos. De forma a assumirem uma consciência de si, segundo o espírito da antropologia de ontem, hoje e sempre, e que assumirá como principal batalha a defesa da dignidade da pessoa humana e do real significado da sua existência enquanto *imagem* do invisível e eterno, em contraponto claro com o perecível e passageiro.

Na realização desta proposta de lecionação da UL ‘O Amor’ pude, de certa fora, experimentar os sentimentos mais contrastantes; desde o desânimo quase total, à alegria de, mesmo pobremente, poder constituir um contributo amoroso perante as exigências que se nos impõem, dentro e fora do espaço escola.

Afinal de contas a nossa existência é isso mesmo: uma escola que nos prepara para uma vida maior e à qual acederemos por meio do ‘Amor’.

Seja este o nosso contributo.

BIBLIOGRAFIA

I - Documentos do Magistério da Igreja

BENTO XVI, *Deus Caritas Est*, Carta Encíclica, 2005.

BENTO XVI, *Discurso à Cúria Romana na apresentação de votos natalícios*, 21 de dezembro de 2012.

BENTO XVI, *Discurso por ocasião do Congresso Diocesano de Roma sobre a Família*, de junho de 2005.

BENTO XVI, *Sacramentum Caritatis*, Exortação apostólica pós – sinodal, 2007.

BENTO XVI, *Spe Salvi*, Carta Encíclica, 2007.

FRANCISCO, *Laudato Si*, Carta Encíclica, 2015.

FRANCISCO, *Lumen Fidei*, Carta Encíclica, 2014.

JOÃO PAULO II, *Catechesi tradendae*, Exortação apostólica, 1979.

JOÃO PAULO II, *Familiaris Consortio*, Exortação apostólica, 1981.

JOÃO PAULO II, *Mulieris Dignitatem*, Carta apostólica, 1988.

JOÃO PAULO II, *Redemptor hominis*, Carta Encíclica, 1979.

JOÃO PAULO II, *Veritatis Splendor*, Carta Encíclica, 1993.

PAULO VI, *Evangelii Nuntiandi*, Exortação apostólica, 1975.

PAULO VI, *Humanae Vitae*, Carta Encíclica, 1968.

VATICANO II, Concílio Ecuménico, *Documentos Conciliares*, Gráfica de Coimbra, 1998.

II - Documentos da Conferência Episcopal Portuguesa

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral *A escola em Portugal: Educação integral da pessoa humana*. CEP, 2008.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral a propósito da *Ideologia do género*, CEP, 2013.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral sobre a *Educação: «Direito e dever – Missão nobre ao serviço de todos»*, CEP, 2002.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade*, CEP, 2006.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Nota Pastoral sobre a *Educação da sexualidade*, CEP, 2005.

III - Bibliografia subsidiária

ANDERSON, Carl, GRANADOS, José, *Criados para o amor, Teologia do corpo de João Paulo II*, Lucerna, Cascais, 2014.

AYLLÓN, José R., *Antropología paso a paso*, Palabra, Madrid, 2013.

BOTTON, Alain de, *Religião para ateus: um guia para não crentes sobre a utilização da religião*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2012.

CARVALHO, Fábio, *A teologia do corpo em J. L. Ruíz de la Peña*, Dissertação de Mestrado Integrado em Teologia sob a orientação da professora doutora Isabel Varanda, Braga, 2012.

CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA, *Sexualidade humana: verdade e significado*, Editorial A. O., Braga, 1996.

DOMÍNGUEZ PRIETO, Xosé Manuel, *Antropologia de la familia*, BAC, Madrid, 2007.

FLECHA, José-Román, *Moral social – La vida en comunidad*, Sigueme, Salamanca, 2007.

GUITTON, Jean, *Human Love*, Chicago, Franciscan Herald Press, 1966.

JOÃO PAULO II, *Teologia do corpo – o Amor Humano no Plano Divino*, Coord. Pe. Miguel Pereira, Alêtheia Editores, Lisboa, 2013.

RICOEUR, Paul, *Le conflit des interprétations*, Seuil, Paris, 1969.

RUÍZ DE LA PEÑA, Juan Luís, *Imagen de Dios*, Sal Terrae, Santander, 1988.

SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Aprovado pela Conferência Episcopal Portuguesa em Assembleia Plenária, abril de 2014.

TOLENTINO MENDONÇA, José, *A mística do instante*, Paulinas, Prior Velho, 2014.

WEIGEL, George, *Witness to Hope. The Biography of Pope John Paul II*, New York, Cliff Street Books, 1999.

WEST, Christopher, *Teologia do corpo para principiantes – uma introdução básica à revolução sexual do Papa João Paulo II*, Paulinas, Prior Velho, 2013.